

RELATÓRIO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA

14ª Reunião de Monitoramento da Estratégia

Período: 1º semestre de 2021



Tribunal Regional Eleitoral
de Mato Grosso

Cuiabá, 05 de agosto de 2021

- 1 Análise de contexto externo 5 minutos
- 2 Pendências do plano de implementação e das RAEs 20 minutos
- 3 Visão geral do *portfolio* de iniciativas estratégicas 10 minutos
- 4 Desempenho geral da estratégia (visualização do mapa) 5 minutos
- 5 Análise do caminho crítico em 05/08/2021 (pauta) 45 minutos
- 6 Leitura da ata com definição de responsáveis / prazo 5 minutos

Análise de contexto externo

O 1º semestre de 2021, em relação à execução da estratégia, continuou a ser impactado pelos efeitos da pandemia do Coronavírus, com a necessária manutenção do trabalho remoto por parte dos servidores do TRE-MT visando a continuidade da garantia das condições da prestação dos serviços ao público em geral.

Entre os meses de janeiro e março, o corpo técnico e gestores impulsionaram ações para a elaboração do Relatório de Gestão do exercício 2020, essa iniciativa demandou esforço e tempo das unidades e respectivos administradores, destacando que o relatório é peça central da prestação de contas e meio de monitoramento e controle da conduta de gestores na produção de resultados para a sociedade.

Nesse período também foram iniciadas as atividades preparatórias para as Eleições Suplementares agendadas para o 1º domingo de agosto, nos municípios de Acorizal, Tapurah e Torixoréu. Considerando o ambiente político atual em que o processo eleitoral está sendo questionado por parte da sociedade e do atual governo federal, a Administração do TRE-MT identificou como oportunidade de realizar de forma inédita, em relação às eleições suplementares anteriores, o processo de auditoria das urnas eletrônicas, a chamada “votação paralela”. Também a instalação do Gabinete de Gestão Integrada, parceria da Justiça Eleitoral de Mato Grosso com instituições de segurança pública e outros órgãos e empresas para a garantia da segurança e infraestrutura nos municípios em que seriam realizadas as suplementares. Vale anotar que em todas as etapas dos atos preparatórios, incluído o dia do pleito, todos os protocolos sanitários foram observados para mitigar os efeitos da pandemia, visando evitar contágio pelos eleitores, mesários e demais colaboradores.

Outro ponto relevante foi a mudança da gestão no mês de abril, período em que foram conduzidas as reuniões de transição, avaliação do plano da gestão anterior, bem como a elaboração do Plano da Gestão para o período 2021-2023, tendo como balizadores os Macrodesafios do Poder Judiciário determinados pelo Conselho Nacional de Justiça. Como reconhecimento por todo esse esforço em prover a segurança sanitária aos magistrados, servidores, eleitores e demais colaboradores, sem perder de vista a manutenção da qualidade e produtividade nos serviços prestados, a Justiça Eleitoral de Mato Grosso foi reconhecida pelo Conselho, por meio do Prêmio CNJ de Qualidade na categoria Ouro. Na mesma linha destaca-se o reconhecimento do TRE-MT por parte do CNJ como o tribunal mais transparente atuantes em Mato Grosso, por meio do Ranking da Transparência do Poder Judiciário.

Por fim, ressalta-se o início e conclusão dos trabalhos de revisão do Planejamento Estratégico Institucional para o sexênio 2021-2026, nos meses de maio e junho, em atendimento à Resolução CNJ nº 325/2020, que instituiu a Estratégia Nacional do Poder Judiciário e determinou o seu alinhamento em termos de objetivos e termos temporais de vigência.

Pendências do plano de implementação do Planejamento Estratégico 2016-2021

Pendências	Responsável	Prazos	Status
1. Atualização periódica dos TAPs (cronogramas) dos projetos estratégicos (Atualizar os Termos de Abertura de Projetos – TAPs para apresentação na próxima Reunião de Análise da Estratégia)	Responsáveis pelos projetos	Mensalmente	Faltaram 7 de 11
2. Realização da 11ª RAE com a Administração Superior e Responsáveis por Objetivos (1º trimestre de 2019)	ASPLAN e Áreas	Até 12/04/2019	Realizada em 15/04/2019 (10ª RAE)
3. Realização da 12ª RAE com a Administração Superior e Responsáveis por Objetivos (2º trimestre de 2019)	ASPLAN e Áreas	Até 27/07/2019	Realizada em 13/11/2019 (11ª RAE)
4. Realização da 13ª RAE com a Administração Superior e Responsáveis por Objetivos (3º trimestre de 2019)	ASPLAN e Áreas	Até 27/10/2019	
5. Realização da 14ª RAE com a Administração Superior e Responsáveis por Objetivos (4º trimestre de 2019 – exercício de 2019)	ASPLAN e Áreas	Até 27/01/2020	
6. Realização da 15ª RAE com a Administração Superior e Responsáveis por Objetivos (1º quadrimestre de 2020)	ASPLAN e Áreas	Até 27/05/2020	Realizada em 29/10/2020 (12ª RAE)
7. Realização da 16ª RAE com a Administração Superior e Responsáveis por Objetivos (2º quadrimestre de 2020)	ASPLAN e Áreas	Até 27/09/2020	
8. Realização da 17ª RAE com a Administração Superior e Responsáveis por Objetivos (3º quadrimestre de 2020 – exercício de 2020)	ASPLAN e Áreas	Até 16/12/2020	Realizada em 24/02/2021 (13ª RAE)
9. Realização da 18ª RAE com a Administração Superior e Responsáveis por Objetivos (1º trimestre de 2021)	ASPLAN e Áreas	Até 14/04/2021	Realizada em 05/08/2021 (14ª RAE)
10. Realização da 19ª RAE com a Administração Superior e Responsáveis por Objetivos (2º trimestre de 2021)	ASPLAN e Áreas	Até 27/07/2021	

Pendências da 5ª Reunião de Análise da Estratégia

Deliberações 5ª RAE (2 de 15)	Responsável	Prazos	Status
<p>1. Apresentar a proposta inicial do normativo que subsidiará os estudos do grupo de trabalho a ser constituído no PAe nº 650/2017, com o objetivo de formatar a minuta de revisão da Resolução TRE-MT nº 1.719/2016 (item 2.11 da ata) – Rede Interna de Governança.</p>	DIRETORIA-GERAL (alterado para PRESIDÊNCIA)	15/01/2018 (alterado para após as Eleições 2020)	Ação 42 - Plano da Gestão 2021-2023 (outubro 2021)
<p>2. Realizar a revisão da Resolução TRE-MT nº 1.719/2016, adequando a estrutura da Rede Interna de Governança aos erros já identificados e às recomendações da Auditoria Interna nº 1/2016 (item 4.3 da ata).</p>	DIRETORIA-GERAL (alterado para PRESIDÊNCIA)	31/03/2018 (alterado para após as Eleições 2020)	Ação 42 - Plano da Gestão 2021-2023 (outubro 2021)
<p>3. Impulsionar a atualização do Planejamento Estratégico 2016-2021 no que se refere ao inventário de indicadores, metas e <i>portfolio</i> de projetos (itens 1.7, 3.5 e 4.8 da ata). Observação: A deliberação de atualização da cesta de indicadores e do <i>portfolio</i> de projetos P.E. 2016-2021 foi substituída na 13ª RAE pela deliberação de revisão do Plano Estratégico do Tribunal para o período 2021-2026, conforme prazo da Resolução CNJ nº 325/2020, que estabeleceu a data de 30/06/2021 para que os órgãos do Poder Judiciário procedessem ao alinhamento com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário (ENPJ). Cumprimento em 30/06/2021, por meio da publicação da Portaria nº 245/2021, homologada pela Resolução TRE-MT nº 2.622/2021.</p>	ASPLAN	30/06/2018 (alterado para 02/2021)	Substituir a atualização pela revisão do P.E. 2021-2026

Deliberações 8ª RAE (0 de 7)	Responsável	Prazos	<i>Status</i>
<p>1. Repriorizar as atividades do Plano Estratégico 2016-2021 e da gestão de processos (item 6.6 da ata).</p> <p>Observação: A deliberação de atualização da cesta de indicadores e do <i>portfolio</i> de projetos P.E. 2016-2021 foi substituída na 13ª RAE pela deliberação de revisão do Plano Estratégico do Tribunal para o período 2021-2026, conforme prazo da Resolução CNJ nº 325/2020, que estabeleceu a data de 30/06/2021 para que os órgãos do Poder Judiciário procedessem ao alinhamento com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário (ENPJ). Cumprimento em 30/06/2021, por meio da publicação da Portaria nº 245/2021, homologada pela Resolução TRE-MT nº 2.622/2021.</p>	DIRETORIA-GERAL	7/12/2018 (substituir a atualização do P.E. 2016-2021 pela revisão do P.E. 2021-2026)	Atraso parcial relativo ao P.E. 2016-2021

Deliberações 9ª RAE (0 de 7)	Responsável	Prazos	Status
<p>1. Realizar reunião de trabalho com a Secretaria Judiciária e a Corregedoria Regional Eleitoral para estabelecer o escalonamento das metas dos indicadores processuais (item 4.9 da ata).</p> <p>Observação 1: Conforme definido na 10ª RAE (item 3), as próprias unidades de negócio (SJ e CRE-MT), podem realizar esse ajuste. No entanto, o assunto poderá ser abordado na reunião tratando do indicador consolidado de processos prioritários (Deliberação 16 da 11ª RAE).</p> <p>Observação 2: A deliberação de atualização da cesta de indicadores e do <i>portfolio</i> de projetos do P.E. 2016-2021 foi substituída na 13ª RAE pela deliberação de revisão do Plano Estratégico do Tribunal para o período 2021-2026, conforme prazo da Resolução CNJ nº 325/2020, que estabeleceu a data de 30/06/2021 para que os órgãos do Poder Judiciário procedessem ao alinhamento com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário (ENPJ). Cumprimento em 30/06/2021, por meio da publicação da Portaria nº 245/2021, homologada pela Resolução TRE-MT nº 2.622/2021.</p>	ASPLAN	05/04/2019 (alterado para 02/2021)	Substituir a atualização do P.E. 2016-2021 pela revisão do P.E. 2021-2026

Pendências da 10ª Reunião de Análise da Estratégia

Deliberações 10ª RAE (0 de 9)	Responsável	Prazos	Status
<p>1. Formar grupo de trabalho (GT) para realizar a atualização do Plano Estratégico 2016-2021 (item 4.8 da ata).</p> <p>Observação: Foi instituída equipe de desenvolvimento do P.E. 2021-2026 por meio da Portaria nº 200/2021, publicada em 28/05/2021 (SEI nº 02560.2021-3).</p>	ASPLAN	30/09/2019 (alterado para 02/2021)	Substituir a atualização do P.E. 2016-2021 pela revisão do P.E. 2021-2026
<p>2. Revisar as metas do indicador i.4 Acessibilidade ao portal do TRE-MT com notas inferiores a 10 (dez) devido à propriedade do PortalJE (item 4.10 da ata).</p> <p>Observação 1: Deliberado na 12ª RAE pela adoção do avaliador de acessibilidade de sítios do Governo Federal, o ASES, para aferição doo indicador i.4 Acessibilidade ao portal do TRE-MT.</p> <p>Observação 2: O indicador i.4 Acessibilidade ao portal do TRE-MT deixou de fazer parte da cesta de indicadores do Plano Estratégico 2021-2026, nada obstante, no entanto, que continue a ser monitorado pela área competente do Tribunal por meio do Plano Diretor da Secretaria Judiciária.</p>	SJ	30/09/2019 (alterado para 02/2021)	<p>Pendente a alteração da ficha do indicador</p> <p>↓</p> <p>O medidor deixou de integrar a cesta de indicadores do P.E. 2021-2026</p>
<p>3. Incluir a demanda evolutiva do indicador i.2 Grau de satisfação do cidadão-eleitor na atualização do Plano Estratégico 2016-2021 (item 4.11 da ata).</p> <p>Observação 1: A revisão do indicador será impulsionada juntamente com o conjunto dos demais indicadores estratégicos.</p> <p>Observação 2: A deliberação de atualização da cesta de indicadores e do <i>portfolio</i> de projetos P.E. 2016-2021 foi substituída na 13ª RAE pela deliberação de revisão do Plano Estratégico do Tribunal para o período 2021-2026, conforme prazo da Resolução CNJ nº 325/2020, que estabeleceu a data de 30/06/2021 para que os órgãos do Poder Judiciário procedessem ao alinhamento com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário (ENPJ). Cumprimento em 30/06/2021, por meio da publicação da Portaria nº 245/2021, homologada pela Resolução TRE-MT nº 2.622/2021.</p>	ASPLAN	30/09/2019 (alterado para 02/2021)	Substituir a atualização do P.E. 2016-2021 pela revisão do P.E. 2021-2026

Pendências da 11ª Reunião de Análise da Estratégia

Deliberações 11ª RAE (8 de 15)	Responsável	Prazos	Status
<p>1. Formalizar <i>e-mail</i> do Epaze para estimular o fornecimento das informações sobre as instalações físicas pelos cartórios, em auxílio à CSG/SAO (item 4.1.1 da ata). Observação: O indicador i.24 Manutenção das instalações físicas deixou de fazer parte da cesta de indicadores do Plano Estratégico 2021-2026.</p>	ADRIANO BORBA	14ª RAE (Abril/2021)	Cumprido na revisão do P.E. 2021-2026
<p>2. Implementar proposta de diminuição da periodicidade da pesquisa de clima, passando a ser anual, com 2 (duas) séries históricas, uma para anos não eleitorais e outra para anos eleitorais (item 4.2.2 da ata).</p>	SGP	Março/2021	Cumprido na revisão do P.E. 2021-2026
<p>3. Estruturar plano de ação dos itens deficientes de governança do Tribunal, com participação das assessorias CJ-1 das Secretarias na implementação das práticas de governança da respectiva função corporativa (item 4.3.1 da ata). Observação: Assunto tratado no PAe nº 3.598/2018, já desmembrado no SEI nº 03800.2020-3 (SGP), SEI nº 03973/2020-5 (SAO) e no SEI nº 01018.2021-6 (STI).</p>	DIRETORIA-GERAL ASPLAN	Abril/2021	Em atraso devido à priorização do P.E. 2021-2026
<p>4. Verificar a possibilidade de disponibilizar cursos EaD para os Juizes-Membros, mediante aproveitamento das capacitações dadas pelo TJ/ESMAGIS para os juizes, como forma de executar totalmente a deliberação 12 da 5ª RAE relativa à capacitação sobre governança (item 4.3.2 da ata). A SGP incluirá a demanda do EaD de governança no PAC 2021.</p>	DIRETORIA-GERAL PRESIDÊNCIA SGP	Março/2021	Não incluído no PAC 2021
<p>5. Impulsionar o PAe nº 650/2017, para que a revisão da Resolução nº 1.719/2016 seja levada a efeito até junho/2020, (item 4.3.3 da ata). como forma de executar totalmente as deliberações 8 e 14 da 5ª RAE</p>	PRESIDÊNCIA	Definido na 12ª RAE (após as Eleições 2020)	Ação 42 - Plano da Gestão 2021-2023 (outubro 2021)
<p>6. Impulsionar o PAe nº 7.348/2017 de instituição do EPO (item 4.6.1 da ata). Observação: Foi orientado na 13ª RAE o aguardo da reestruturação do Tribunal. O grupo de trabalho instituído pela Portaria nº 154/2021, para análise de proposta de alteração das atribuições das unidades administrativas da Secretaria deste Regional (art. 5º da Resolução TRE-MT nº 2.591/2021), solicitou prorrogação do prazo por 60 dias a contar de 20/6/2021, em virtude da prioridade das atividades de revisão do Plano Estratégico para o ciclo 2021-2026 (SEI nº 01934.2021-0).</p>	PRESIDÊNCIA	Definido na 12ª RAE (após as Eleições 2020) Definido na 13ª RAE (após reestruturação do TRE-MT)	1º/6/2021

Pendências da 11ª Reunião de Análise da Estratégia

Deliberações 11ª RAE (8 de 15)	Responsável	Prazos	Status
7. Reavaliar a Ordem de Serviço nº 23/2017 e a agenda de melhorias dos processos de trabalho de aquisições e contratações (item 4.6.2 da ata).	DIRETORIA-GERAL ASPLAN	Maió/2021	Em atraso
8. Impulsionar o PAe nº 4.907/2017 até o dia 14/11/2019, com indicação dos representantes da STI e da CRE-MT que integrarão o GT do indicador i.11 Tratativa de Denúncias (item 4.8.1 da ata).	STI CRE-MT	14/11/2019	24/2/2021
9. Implantar o acesso do público externo ao SEI!, módulos Ouvidoria e arquivamento, até março/2020 (item 4.10.1 da ata). Observação 1: Módulo Ouvidoria pendente de homologação pelo requisitante. Observação 2: A contratação de solução WAF – Web Application Firewall consta do SEI nº 02941.2021-1.	STI	Março/2020	Em atraso
10. Impulsionar o PAe nº 7.747/2018 a fim de conferir andamento aos quesitos de transparência faltantes (item 4.10.2 da ata). Observação 1: As atividades desenvolvidas e itens de avaliação não cumpridos no Ranking CNJ 2020 constam do SEI nº 03323.2020-0, destacando as pendências de recursos de tecnologia da informação. Observação 2: Os itens não cumpridos no Ranking CNJ 2021 constam do SEI nº 01896.2021-8.	PRESIDÊNCIA	Não definido	A CGI/SJ impulsionou as medidas pendentes por meio do SEI nº 01896.2021-8
11. Realizar reunião entre DG, ASPLAN, CRE-MT e SJ para discussão e deliberação sobre a forma mais adequada de aferição do indicador consolidado i.1 Julgamento de processos prioritários , até janeiro/2020 (item 4.12.1 da ata). Observação 1: Na mesma reunião poderá ser também abordado assunto tratando do escalonamento dos indicadores processuais (Deliberação 6 da 9ª RAE). Observação 2: O indicador i.1 Julgamento de processos prioritários foi mantido na cesta de indicadores do Plano Estratégico 2021-2026, no entanto, com a fórmula da Meta CNJ 4.	DIRETORIA-GERAL	Janeiro/2020 (alterado para maio/2021)	A fórmula do medidor passou a reprisar a Meta CNJ 4 no P.E. 2021-2026

Pendências da 12ª Reunião de Análise da Estratégia

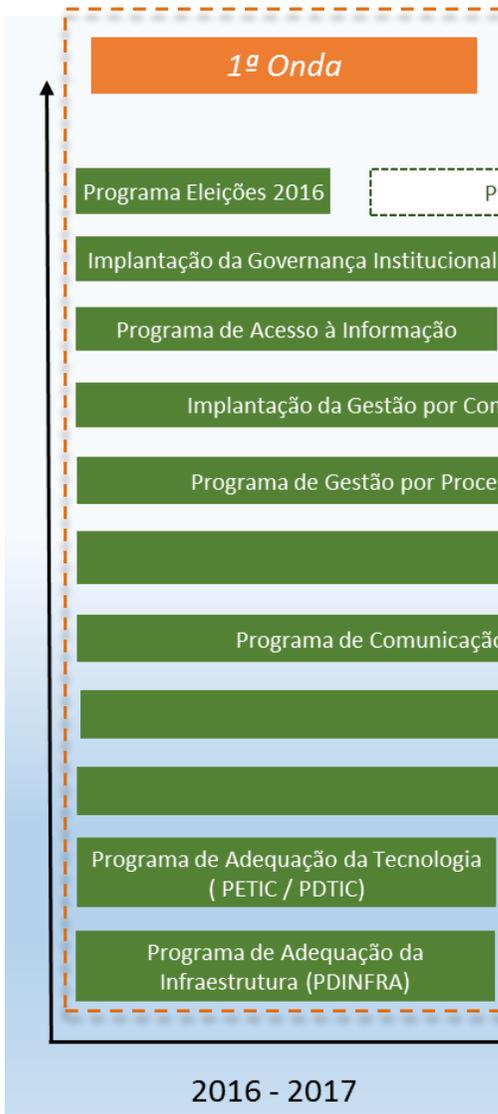
Deliberações 12ª RAE (8 de 15)	Responsável	Prazos	Status
<p>1. Revisar o indicador vinculado ao objetivo 12 (i.23 Cumprimento do PDTIC).</p> <p>Observação1: A revisão do indicador poderá ser impulsionado juntamente com o conjunto dos demais indicadores estratégicos.</p> <p>Observação 2: O indicador i.23 Cumprimento do PDTIC deixou de fazer parte da cesta de indicadores do Plano Estratégico 2021-2026, nada obstando, no entanto, que continue a ser monitorado pela área competente do Tribunal por meio do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC).</p>	STI	Fevereiro/2021 (alterado para jun/2021)	O medidor deixou de integrar a cesta de indicadores do P.E. 2021-2026
<p>2. Definir com as unidades técnicas um plano de ação para melhorar os itens deficientes das práticas de governança corporativa, tendo em vista a relevância estratégica para o órgão – deliberação 3 da 11ª RAE</p> <p>Observação: Assunto tratado no PAe nº 3.598/2018, já desmembrado no SEI nº 03800.2020-3 (SGP), SEI nº 03973/2020-5 (SAO) e no SEI nº 01018.2021-6 (STI).</p>	DIRETORIA-GERAL	Abril/2021	Em atraso devido à priorização do P.E. 2021-2026
<p>3. Conclusão da revisão do regimento interno da Secretaria do TRE-MT (PAe nº 963/2018 e PAe nº 1584/2013).</p> <p>Observação: Adequação estrutural e segregação das atribuições da Auditoria Interna promovida por meio da Resolução TRE-MT nº 2.533/2020.</p>	DIRETORIA-GERAL	Abril/2021	15/10/2020
<p>4. Revisar a Resolução nº 1.719/2016, adequando a estrutura da Rede Interna de Governança aos erros já identificados e às recomendações da Auditoria Interna (Auditoria Interna nº 1/2016) – deliberação 14 da 5ª RAE</p>	DIRETORIA-GERAL	Abril/2021 (alterado para após transição)	Ação 42 - Plano da Gestão 2021-2023 (outubro 2021)
<p>5. Inserir o desenvolvimento do Sistema Informatizado de Controle e Acompanhamento do Orçamento no PDTIC, visando extinguir as planilhas de controle orçamentário e financeiro utilizadas pelo Tribunal.</p>	STI	Fevereiro/2021	Atraso parcial relativo à remessa ao CETI
<p>6. Aprimorar as ferramentas de gestão de projetos visando a execução dos recursos orçamentários e financeiros dentro do cronograma aprovado no exercício anterior.</p>	SAO	Abril/2021 (alterado para maio/2021)	Vinculado à deliberação 5 acima

Pendências da 12ª Reunião de Análise da Estratégia

Deliberações 12ª RAE (8 de 15)	Responsável	Prazos	Status
7. Impulsionar o PAe nº 7.348/2017 de instituição do EPO – deliberação 6 da 11ª RAE Observação: Foi orientado na 13ª RAE o aguardo da reestruturação do TRE-MT.	PRESIDÊNCIA	Abril/2021	1º/6/2021
8. Reavaliar com a DG a Ordem de Serviço nº 23/2017 e a agenda de melhorias – deliberação 7 da 11ª RAE	SAO	Abril/2021 (alterado para maio/2021)	Em atraso
9. Impulsionar o PAe nº 4.907/2017 com a indicação do representante para formar o GT do indicador i.11 Tratativa de Denúncias – deliberação 8 da 11ª RAE	STI CRE-MT	Fevereiro/2021	24/2/2021
10. Disponibilizar acesso ao SEI! pelo público externo – deliberação 9 da 11ª RAE Observação: A previsão de envio do Termo de Referência da aquisição do software que permitirá o acesso externo ao SEI! é de 30 dias.	STI	Março/2021	Em atraso
11. Adotar a ferramenta ASES, para o indicador i.4 Acessibilidade ao portal do TRE-MT , mantida pelo governo brasileiro em https://asesweb.governoeletronico.gov.br/ , e que não tem apresentado restrições de avaliação no sítio do TRE-MT – deliberação 2 da 10ª RAE	CGI/SJ	Fevereiro/2021 (alterado para jun/2021)	O medidor não consta da cesta de indicadores do P.E. 2021-2026
12. Atender os quesitos de transparência pendentes (PAe nº 7.747/2018) – deliberação 10 da 11ª RAE Observação: A CGI/SJ impulsionou as medidas quanto aos requisitos pendentes em 2021 por meio do SEI nº 01896.2021-8.	DIRETORIA-GERAL	Abril/2021	Impulso por meio do SEI nº 01896.2021-8
13. Realizar o escalonamento trimestral/quadrimestral progressivos dos indicadores judiciais de 1º e 2º graus, as quais deverão coincidir com as metas do projeto “Pauta Limpa”, conforme definido na 10ª RAE (item 3), as próprias unidades de negócio (SJ e CRE-MT), podem realizar esse ajuste – deliberação 1 da 9ª RAE	SJ CRE-MT	Fevereiro/2021 (alterado para maio/2021)	Alterada a fórmula para a Meta CNJ 4 no P.E. 2021-2026
14. Realizar reunião entre DG-ASPLAN-CRE-SJ para discussão e deliberação sobre a forma mais adequada para a aferição do indicador consolidado de processos prioritários TRE-MT (1º e 2º graus somados) – deliberação 11 da 11ª RAE	DIRETORIA-GERAL	Fevereiro/2021 (alterado para maio/2021)	Fórmula da Meta CNJ 4 no P.E. 2021-2026

Visão geral do *portfolio* de iniciativas estratégicas

Considerações sobre a execução dos projetos no 1º semestre de 2021:

Projeto Estratégico	Comentários	Responsável	Status
 <p>1ª Onda</p> <p>Programa Eleições Ciclo 2020</p> <p>Implantação da Governança Institucional</p> <p>Programa de Acesso à Informação</p> <p>Implantação da Gestão por Competências</p> <p>Programa de Acesso à Informação</p> <p>Programa de Comunicação</p> <p>Implantação da Gestão por Competências</p> <p>Programa de Adequação da Tecnologia (PETIC / PDTIC)</p> <p>Programa de Adequação da Infraestrutura (PDINFRA)</p> <p>2016 - 2017</p>	<p>Realizada a avaliação das eleições junto aos cartórios por meio de questionário eletrônico; e a avaliação das modalidades de alimentação de mesários e colaboradores. Os relatórios das respectivas avaliações foram concluídos em julho/2021.</p>	ASPLAN	95% Executado
Implantação da Governança Institucional	A proposta de revisão da Resolução TRE-MT nº 1.719/2016 permanece pendente desde 2017. Referida iniciativa foi incluída no Plano da Gestão 2021-2023 (ação 42) , com previsão de execução para o mês de outubro/2021.	PRES DG	Atrasado (PAe nº 650/2017)
Programa de Acesso à Informação	O percentual médio de cumprimento dos requisitos de acessibilidade das 837 páginas avaliadas foi de 95,40%, correspondendo a uma nota média de 9,54 em uma escala de 0 a 10. Os recursos existentes, as informações disponibilizadas e os serviços oferecidos no sítio internet foram aferidos pelos itens de avaliação do Ranking Transparência do Poder Judiciário, edição 2021, conferidos e validados pelo CNJ, alcançando 199 pontos dentre 201 pontos possíveis, o que representa um percentual de cumprimento de 97,93%.	CGI/SJ	Em execução, sem aferição de cronograma (PAe nº 7.747/2018, SEI nº 03323.2020-0 e SEI nº 01896.2021-8)
Implantação da Gestão por Competências	O sistema de gestão por competências (Sistema COYOTE) está em módulo de produção, contudo os ciclos avaliativos ainda não foram abertos em razão do não funcionamento do sistema em sua totalidade. Realizada a 1ª etapa do levantamento dos perfis comportamentais e motivacionais (teste HumanGuide).	SGP	Em execução, sem aferição de cronograma (SEI nº 00827.2020-7)
Programa Gestão por Processos e Reestruturação Organizacional	A instituição do Escritório de Processos (PAe nº 7.348/2017) foi vinculado ao processo de reestruturação do Tribunal, estando ainda pendente, além da condição estrutural, a validação ferramental. No que se refere ao Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT), foram realizadas análise das entregas enviadas pela UNB e TSE, reuniões de alinhamento com a equipe do TSE para a definição de cronograma de atividades, e composição de equipe de TI para implantação do sistema do DFT.	ASPLAN SGP	Execução parcial com pendência de cronograma e condicionante de recurso (EPO – PAe nº 7.348/2017)

Visão geral do *portfolio* de iniciativas estratégicas

Considerações sobre a execução dos projetos no 1º semestre de 2021:

Projeto Estratégico	Comentários	Responsável	Status
Biometria	O percentual de eleitores com biometria alcançado em 2020 foi de 86% , marca reduzida ao longo do 1º semestre de 2021, variando de 85,23% a 84,76% , em virtude das suspensões dos atendimentos presenciais devido à pandemia da Covid-19.	DG	Suspensão
Programa de Comunicação Institucional	Elaboração da minuta de Resolução que institui a política do uso de ferramentas internas de comunicação no âmbito do Tribunal. Promoção de campanhas (matérias, artes gráficas e vídeos) voltadas ao eleitor para ampliar seus conhecimentos sobre o funcionamento do processo eleitoral. Adoção do recurso de audiodescrição nas postagens feitas no canal oficial no Instagram. Implantação dos projetos TRE Responde , Parabéns do presidente e Fale com o presidente . Parceria com a TV Assembleia para a cobertura das eleições suplementares de Acorizal, Matupá e Torixoréu e transmissão da votação paralela. Parceria com o TSE no combate às <i>fake news</i> relativas ao sistema eletrônico de votação. Plano de Ação para cumprimento Meta Específica 1/CNJ.	ASCOM	Em execução, pendente cronograma e aprovação presidencial (Plano de Comunicação – PAe nº 6.360/2017 e Política – SEI nº 06601.2020-8)
Pauta Limpa Ciclo 2022	Foram implementadas ações de monitoramento/divulgação de resultados até 30/06/2021 (Resolução TRE-MT nº 2.620/2021).	CEJUD SJ/CRE-MT	Em execução
Voto Consciente	Considerando a necessidade do isolamento social devido à pandemia da Covid-19 e a suspensão das aulas desde março/2020 até julho/2021, não foi possível realizar as atividades do projeto.	EJE	Suspensão
Programa de Adequação da Tecnologia	Entrega de 100% do quantitativo esperado, destacando que o PDTIC se encontra em fase de reestruturação devido à mudança do Planejamento Estratégico 2021/2026, bem como do necessário alinhamento à Resolução CNJ nº 370/2021 (ENTIC-JUD).	STI	Em execução, pendente cronograma
Programa de Adequação da Infraestrutura	O cronograma de ações está ocorrendo dentro do planejado, com destaque para a contratação de empresa para execução do <i>retrofit</i> do sistema de ar-condicionado central da sede do Tribunal, que trará melhora significativa no conforto ambiental e na eficiência energética, reduzindo consumo de energia elétrica.	SAO	Em execução, pendente cronograma

1ª Onda

Programa Eleições 2016

Pi

Implantação da Governança Institucional

Programa de Acesso à Informação

Implantação da Gestão por Con

Programa de Gestão por Proces

Programa de Comunicação

Programa de Adequação da Tecnologia (PETIC / PDTIC)

Programa de Adequação da Infraestrutura (PDINFRA)

2016 - 2017

Resumo do Desempenho da Estratégia ao final do 1º semestre de 2021

COMPARATIVO DA ESTRATÉGIA 2016-2021

Perspectiva	Tema	Objetivo Estratégico	Indicadores	2021			
				Meta	Resultado	Status	
Sociedade	Garantia dos Direitos de Cidadania	oe.1 Promover justiça	i.1 Julgamentos de processos prioritários	40%	42,80%	107,00%	
		oe.2 Atender com excelência o cidadão	i.2 Grau de satisfação do cidadão-eleitor	80%	94,44%	118,05%	
			i.3 Evolução da percepção do processo eleitoral	NM	Indisponível	Indisponível	
Processos Internos	Acesso à Justiça	oe.3 Garantir o acesso à Justiça Eleitoral	i.4 Acessibilidade ao portal do TRE-MT	10	9,54	95,40%	
			i.5 Disponibilização de informações administrativas e judiciais	100%	97,93%	97,93%	
		oe.4 Assegurar a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	i.6 Estoque processual	>100%	52,48%	52,48%	
			i.7 Julgamento de processos antigos	>90%	73,52%	81,70%	
			i.8 Tempo médio de cumprimento de pronunciamentos judiciais	5 dias	Indisponível	Indisponível	
			i.9 Agilidade na atuação e conclusão de processos urgentes	2 horas	Indisponível	Indisponível	
	i.10 Publicação de acórdãos e resoluções	99%	99,87%	100,88%			
	Atuação e Imagem Institucional	oe.5 Combater a corrupção eleitoral	i.11 Tratativa de Denúncias	100%	100%	100%	
			oe.6 Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral	i.12 Eleitores com cadastro biométrico	90%	84,76%	94,18%
				i.13 Inserções positivas na mídia	2912	1331	45,71%
	Eficiência Operacional	oe.7 Promover a eficiência dos processos de trabalho	i.14 Mapeamento dos processos críticos de trabalho	100%	6,90%	6,90%	
			i.15 Cumprimento dos indicadores dos processos críticos	EC	Indisponível	Indisponível	
		oe.8 Garantir a boa gestão dos recursos públicos	i.16 Aderência da execução ao planejamento orçamentário	70%	46,26%	66,09%	
i.17 Perdas Orçamentárias			6%	NM	NM		
i.18 Execução do Plano Anual de Auditoria e de Fiscalização			50%	45%	90%		
Recursos	Gestão de Pessoas	oe.9 Desenvolver e valorizar pessoas	i.19 Cumprimento do PAC	60%	0%	0,00%	
			i.20 Clima Organizacional	NM	NM	NM	
	Organização	oe.10 Promover a governança	i.21 Maturidade em governança pública	83%	69%	83,13%	
			oe.11 Fomentar a comunicação efetiva	i.22 Satisfação com comunicação interna	NM	NM	NM
	Infraestrutura e Tecnologia	oe.12 Viabilizar a infraestrutura física e tecnológica necessárias	i.23 Cumprimento do PDTIC	7	7	100%	
			i.24 Manutenção das instalações físicas	55%	NM	NM	

LEGENDA DA REGRA DE FARÓIS

Igual ou Maior de 120% da Meta	
Igual ou maior 100% e menor de 120 % da Meta	
Menor que 100% e maior ou igual a 90% da meta	
Menor de 90% da meta	
Indisponível	

LEGENDA DOS INDICADORES INDISPONÍVEIS

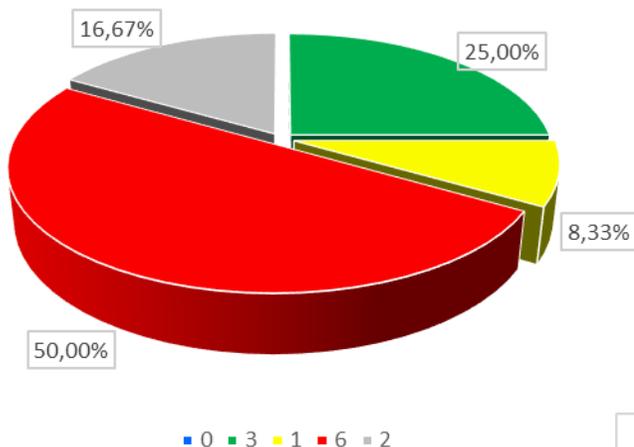
NA = Não Apurado

NM = Não mensurável no período

EC = Em construção

Resumo do Desempenho da Estratégia ao final do 1º semestre de 2021

Desempenho dos Objetivos Estratégicos em 2021



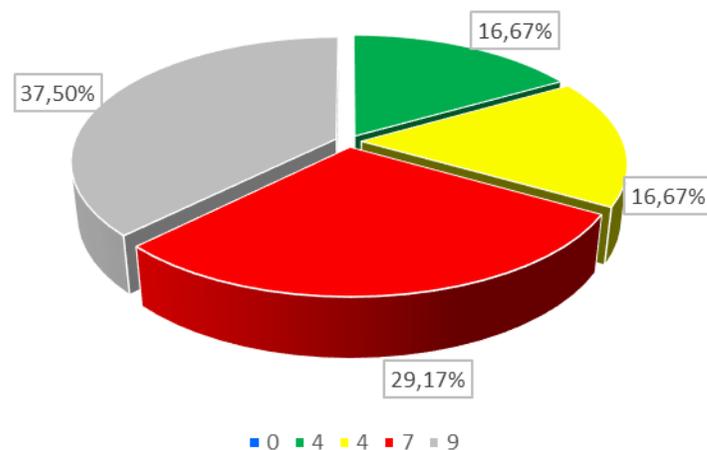
LEGENDA DA REGRA DE FARÓIS

Igual ou Maior de 120% da Meta	
Igual ou maior 100% e menor de 120% da Meta	
Menor que 100% e maior ou igual a 90% da meta	
Menor de 90% da meta	
Indisponível	

LEGENDA DOS INDICADORES INDISPONÍVEIS

NA = Não Apurado
 NM = Não mensurável no período
 EC = Em construção

Desempenho dos Indicadores Estratégicos em 2021

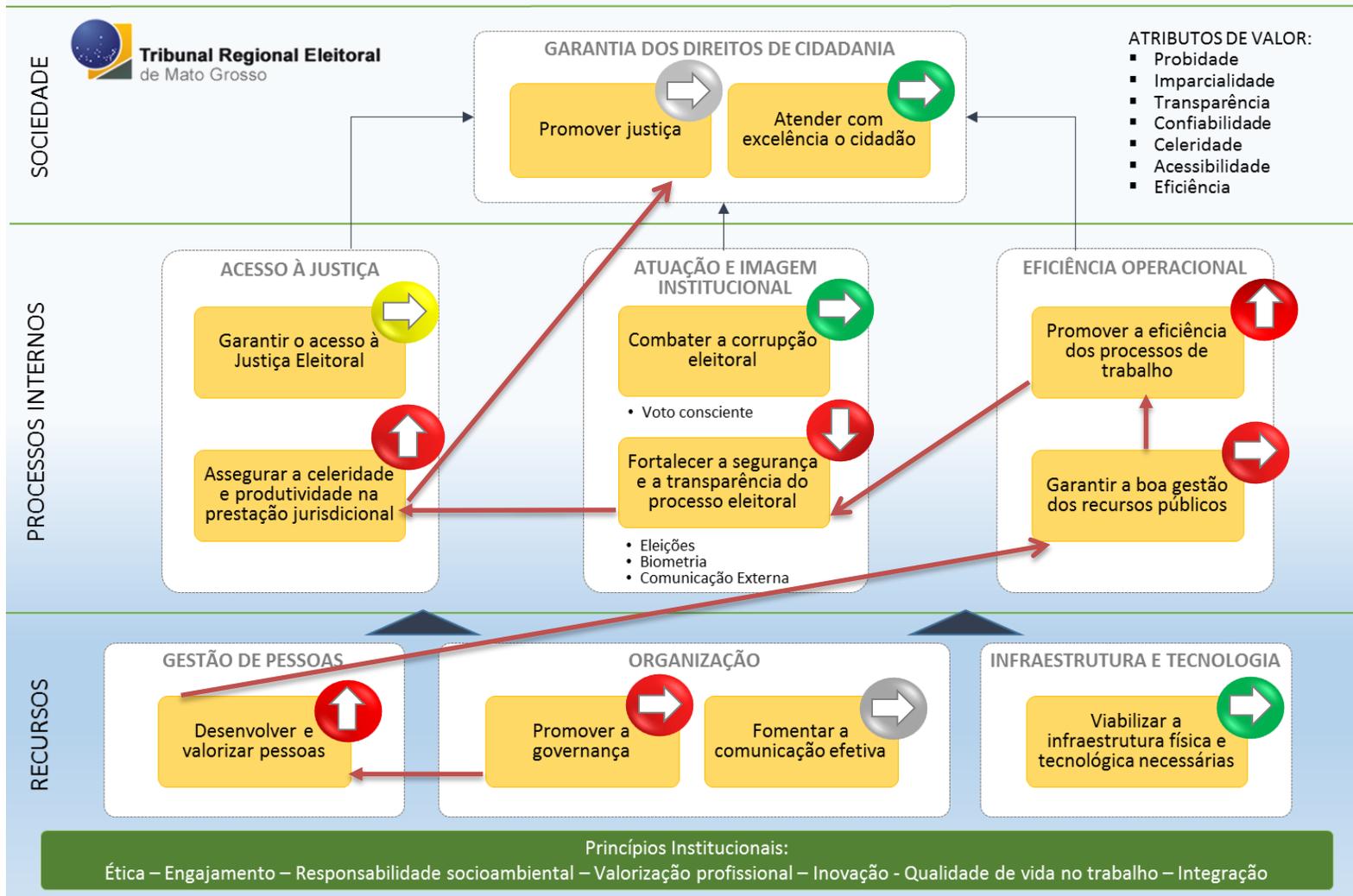


LEGENDA

- Indisponível
- Próximo à meta
- Muito acima da meta
- Não atingiu a meta
- Atingiu a meta

Missão: Garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia

Visão 2016-2021: Ser reconhecido como uma instituição eficiente, independente, proba e imparcial





Objetivo: Viabilizar a infraestrutura física e tecnológica necessárias
Responsáveis: CETI (STI) e CEOC (SAO)

INDICADOR	HISTÓRICO REALIZADO						RESULTADO 2021											
							1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status
Cumprimento do PDTIC	NM	14	15	NA	13	22	3	3		4	4							

Observação: Meta PE 2016-2021 – Alcançar as metas fixadas anualmente no PDTIC. A meta para 2021 depende da aprovação do *portfolio* do PDTIC 2019-2021.

COMENTÁRIOS

O 1º trimestre foi caracterizado pelo desenvolvimento de ações e projetos visando manter a continuidade das ações de combate à pandemia e, também, a adequação dos serviços terceirizados, que estiveram indisponíveis entre março/2020 e outubro/2020. Nesse 1º trimestre também ocorreram ações, não listadas nesse relatório para adequação do TRE-MT à LGPD e desenvolvimento do Plano da Gestão 2021/2023. O 2º trimestre se caracterizou pelo desenvolvimento dos projetos previstos no Plano de Gestão citado, além de ações desenvolvidas para garantir a continuidade do negócio a partir da finalização dos contratos de fornecimento dos links de acesso a Internet que formam a Rede Regional. Conforme destacado em reuniões anteriores, o indicador **i.23 Cumprimento do PDTIC** não se aplica corretamente ao modelo atual do PDTIC. Todavia, anota-se que os indicadores para a medição da área de tecnologia foram modificados no Planejamento Estratégico 2021/2026.

PROJETOS ESTRATÉGICOS	STATUS PLANEJADO	STATUS EXECUTADO	ENTREGAS DO PERÍODO
Programa de Adequação da Tecnologia	-	-	Ações desenvolvidas 1. Projeto e aquisição da nova Rede Regional; 2. Implementação da DIRF; 3. Reestruturação do projeto VPN para home-office; 4. Implantação do Datajud; 5. Implantação do painel de BI do Judiciário; 6. PJE-Cor; 7. Implantação do módulo Ouvidoria.



Objetivo: Viabilizar a infraestrutura física e tecnológica necessárias
Responsáveis: CETI (STI) e CEOC (SAO)

INDICADOR	HISTÓRICO REALIZADO						RESULTADO 2021											
							1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status
Manutenção de instalações físicas	NM	16,67%	21,67%	41,02%	42%	51,79%	NM	55%		NM	55%			55%			55%	

Observação: Meta PE 2016-2021 – Alcançar percentual de adequação das instalações físicas estabelecido no PDInfra, até 2021.

A meta de 2019 foi estabelecida no Plano Diretor da Secretaria de Administração e Orçamento em 45%. O percentual será de 55% a partir de 2020 (vide metas para o período: 2016 – 20%; 2017 – 20%; 2018 – 20%; 2019 – 45%; 2020 – 55%).

COMENTÁRIOS

O exercício de 2020 foi concluído com resultado esperado, haja vista que o objetivo ficou próximo à meta estabelecida, com o índice de **51,79%**. Na tabulação dos dados coletados no último quadrimestre do exercício passado verificou-se que a maior parte das inconsistências apontadas foram decorrentes da falta de notificação ao proprietário do prédio locado para que o mesmo promovesse os reparos de infraestrutura, tais como: goteiras no telhado, infiltrações e mofo nas paredes, de incumbência do gestor – Chefe de Cartório. Nesse sentido, todos os cartórios que apresentaram esse tipo de inconsistência foram notificados pela Seção de Engenharia e Obras para que adotassem as devidas providências. As ações dos cartórios decorrentes da notificação foram certificadas nos respectivos processos, dando conta de que os reparos foram executados ou estavam em curso. Quanto as ações de manutenção básica (substituição de lâmpadas queimadas, vazamentos em torneiras e bacias sanitárias, limpeza de ar-condicionado, etc.), foi reforçado aos chefes de cartório a importância dessa tarefa, haja vista que os recursos financeiros estão disponíveis no orçamento anual de custeios, e podem ser acessados através de suprimento de fundos - cartão corporativo ou ainda por intermédio do contrato de manutenção predial - abertura da demanda através do SIATI. Considerando o recrudescimento da pandemia da COVID-19 no presente exercício culminando com a edição da **Portaria nº 87/2021** que suspendeu, a partir de 03/03/2021, o expediente presencial nos cartórios eleitorais, **restou prejudicada a coleta de dados no 1º semestre**. Entende-se que seja inócua a realização de uma pesquisa junto aos cartórios sobre a manutenção da infraestrutura física nesse momento de pandemia e trabalho remoto, considerando que a presença do servidor no Cartório é fundamental para que a pesquisa reflita uma avaliação fidedigna das estruturas físicas.

PROJETOS ESTRATÉGICOS	STATUS PLANEJADO	STATUS EXECUTADO	ENTREGAS DO PERÍODO
Programa de Adequação da Infraestrutura (PDInfra)	-	-	<ol style="list-style-type: none"> 1) Atendimento à legislação do orçamento impositivo; 2) Instalação de purificadores de água refrigerados no prédio Sede, anexos e Casa da Democracia, em andamento; 3) Conclusão da instalação de plataforma elevatória no Plenário; 4) Contratação de empresa para elaboração de projeto básico para <i>retrofit</i> do grupo gerador e subestação de energia; 5) Contratação de empresa para execução do <i>retrofit</i> do sistema de ar-condicionado central, em andamento; 6) Mudança dos cartórios da 12ª, 27ª e 42ª Zonas Eleitorais para prédios próprios compartilhados com o TRT da 23ª Região; 7) Mudança do cartório da 53ª ZE para prédio próprio, cedido pela União.; 8) Mudança dos Cartórios da 14ª e 25ª Zonas Eleitorais.



Objetivo: Viabilizar a infraestrutura física e tecnológica necessárias
Responsáveis: CETI (STI) e CEOC (SAO)

ANÁLISE DE DESEMPENHO DO OBJETIVO

(Perspectiva Cumprimento do PDTIC) É importante destacar que várias ações, não listadas nesse relatório, foram desenvolvidas para garantir a continuidade do negócio a partir da finalização dos contratos de fornecimento dos links de acesso a Internet que formam a Rede Regional. Finalmente, destaca-se que o PDTIC se encontra em adequação e renovação, principalmente, em virtude da publicação do Planejamento Estratégico 2021/2026 e, também, da publicação da Resolução CNJ nº 370/2021 que, inclusive, extinguiu o PETIC (Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação).

(Perspectiva Manutenção das Instalações Físicas) O objetivo, no que tange à infraestrutura física, não foi avaliado no 1º semestre de 2021 devido ao recrudescimento da pandemia da COVID-19, que culminou na edição da Portaria nº 87/2021 que suspendeu, a partir de 03/03/2021, o expediente presencial nos Cartórios Eleitorais, na Secretaria do TRE-MT, nas Diretorias dos Fóruns, nas Centrais de Atendimento ao Eleitor e nos Postos Eleitorais, restando prejudicada a coleta de dados do referido período. Entendemos que seja inócua a realização de uma pesquisa junto aos cartórios sobre a manutenção da infraestrutura física nesse momento de pandemia e trabalho remoto.

ANÁLISE DE TENDÊNCIA

Tendência		Justificativa
Melhora	()	(Perspectiva Cumprimento do PDTIC) É possível observar que o modelo adaptativo utilizado no PDTIC 2019/2020 se adequou corretamente à dinamicidade das necessidades deste TRE-MT, reforçando, assim, a necessidade de ajustes no indicador. (Apontada pela STI a tendência de estabilidade)
Estabilidade	(X)	
Piora	()	(Perspectiva Manutenção das Instalações Físicas) As ações estão ancoradas num processo de melhoria contínua, com avaliação quadrimestral. O cronograma de ações está ocorrendo dentro do planejado. E, com a contratação de empresa para execução do <i>retrofit</i> do sistema de ar-condicionado central da sede do Tribunal, em andamento, haverá melhora significativa no conforto ambiental e eficiência energética, reduzindo o consumo de energia elétrica. (Apontada pela SAO a tendência de melhora)

RISCOS

Principais riscos	Impacto dos riscos
(Perspectiva Cumprimento do PDTIC) 1) Atraso de entregas importantes; 2) Baixa adesão aos projetos iniciais. (Perspectiva Manutenção das Instalações Físicas) 1) Ausência de <i>feedback</i> dos cartórios quanto às informações prestadas; 2) Contingenciamento orçamentário; 3) Problemas na Contratação (por inexecução da Contratada).	(Perspectiva Cumprimento do PDTIC) 1) Projetos sem o planejamento adequado, retrabalho, resultados não alcançados; 2) Não contratação de novas tecnologias e defasagem das soluções existentes. (Perspectiva Manutenção das Instalações Físicas) 1) Não cumprimento das metas.

RECOMENDAÇÕES PARA A TOMADA DE DECISÕES

Recomendação	Prós	Contras	Investimento	Custo recorrente	Expectativa de implantação (prazo)
Sem recomendações					



Objetivo: Fomentar a comunicação efetiva
Responsável: CEGEPE (SGP) e ASCOM

INDICADOR	HISTÓRICO REALIZADO						RESULTADO 2021											
							1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status
Satisfação com comunicação interna	NA	80,91%	79,40%	NM	77,60%	NM	NM	NM		NM	NM			80%			80%	

Observação: Meta PE 2016-2021 – Alcançar, até 2021, 80% de satisfação dos servidores com as ações de comunicação interna promovidas. A meta para 2021 é alcançar o percentual de 80% de satisfação dos servidores (vide metas para o período: 2017 – 75%; 2019 – 80%; 2021 – 80%).

COMENTÁRIOS

A pesquisa do Clima Organizacional será realizada no ainda neste exercício de 2021 (2º semestre).

PROJETOS ESTRATÉGICOS	STATUS PLANEJADO	STATUS EXECUTADO	ENTREGAS DO PERÍODO
Programa de Comunicação Institucional (Interna e Externa)	-	-	1) Elaboração da minuta de Resolução que institui a política do uso de ferramentas internas de comunicação no âmbito do Tribunal; 2) Adoção do recurso de audiodescrição nas postagens feitas no canal oficial no Instagram; 3) Implantação dos projetos TRE Responde, Parabéns do presidente e Fale com o presidente ; 4) Plano de Ação para cumprimento da Meta Específica 1 CNJ (SEI nº 02538.2021-9), dentre outras entregas.
Implantação da Gestão por Competências	-	-	O sistema de gestão por competências (Sistema COYOTE) está em módulo de produção, contudo os ciclos avaliativos ainda não foram abertos em razão do não funcionamento do sistema em sua totalidade. Os ciclos avaliativos não foram implementados porque o relatório não aparece.
Programa de Acesso à Informação	100%	95,40%	Acessibilidade do portal: aferição observando o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico - e-MAG.
		97,93%	Disponibilidade de Informações: inclusão de conteúdo e recursos no sítio <i>internet</i> , com posicionamento no 1º quartil do Ranking da Transparência 2021 (19º lugar nacional entre os órgãos do Poder Judiciário).



Objetivo: Fomentar a comunicação efetiva
Responsável: CEGEPE (SGP) e ASCOM

ANÁLISE DE DESEMPENHO DO OBJETIVO
(Ações realizadas, resultados obtidos e conclusões acerca do desempenho do objetivo)

A pesquisa do Clima Organizacional será realizada no ainda neste exercício de 2021 (2º semestre).

ANÁLISE DE TENDÊNCIA

Tendência		Justificativa
Melhora	()	
Estabilidade	(X)	
Piora	()	

RISCOS

Principais riscos	Impacto dos riscos

RECOMENDAÇÕES PARA A TOMADA DE DECISÕES

Recomendação	Prós	Contras	Investimento	Custo recorrente	Expectativa de implantação (prazo)
Sem recomendações					



Objetivo: Promover a governança
Responsável: COMEIA (Diretoria-Geral)

INDICADOR	HISTÓRICO REALIZADO						RESULTADO 2021											
							1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status
Maturidade em Governança Pública	NM	43,10%	44,60%	NA	47%	54%	66%	81%		69%	83%			86%			90%	

Observação: Meta PE 2016-2021 – Atender aos itens de controle associados às práticas de governança corporativa e alcançar o nível de maturidade intermediário até 2021.

A Meta para 2021 consiste no atendimento de 90% dos itens de controle associados à estruturação das práticas de governança corporativa, com base no referencial de governança aplicável a órgãos e entidades da Administração Pública, adotado pelo Tribunal de Contas da União (vide metas para o período: 2016 – 20%; 2017 – 40%; 2018 – 60%; 2019 – 70%; 2020 – 80%; 2021 – 90%).

COMENTÁRIOS

A meta ainda não foi alcançada e consiste no atendimento de 90% dos itens de controle associados à estruturação das práticas de governança corporativa, com base no referencial de governança aplicável a órgãos e entidades da Administração Pública, adotado pelo **Tribunal de Contas da União**. Houve progresso na gestão do desempenho e ética (gestão de pessoas); melhoria do processo de transição de gestão; avanço na gestão de riscos de TIC (Portaria nº 47/2020), sendo que com o novo conceito (reestruturação) da Coordenadoria de Auditoria (COAUD), as análises de riscos avançaram, principalmente nos processos de licitação, em conjunto com as unidades, com maior transparência e auxílio à Administração. Também houve evolução no quesito de auditoria com a publicação das Resoluções nº 2.560/2020 e nº 2.561/2020, as quais instituíram o Código de Ética da Unidade de Auditoria Interna e o Estatuto de Auditoria Interna do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, bem como a Resolução nº 2617/2021, que instituiu o Programa de Qualidade de Auditoria.

A pandemia da COVID-19 somada aos diversos eventos de 2020 (eleições municipais e suplementares, adiamento das eleições, etc.) contribuíram de forma determinante para a lenta evolução deste indicador.

PROJETOS ESTRATÉGICOS	STATUS PLANEJADO	STATUS EXECUTADO	ENTREGAS DO PERÍODO
Implantação da Governança Institucional	100%	50%	A revisão da Rede Interna de Governança prevista na Resolução TRE-MT nº 1.719/2016 permanece pendente desde 2017, motivo pelo qual o percentual do projeto mantém-se inalterado, em que pese a inclusão da iniciativa no Plano da Gestão 2021-2023 (Ação 42).
Programa de Acesso à Informação	100%	95,40%	Acessibilidade do portal: aferição observando o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico - e-MAG.
		97,93%	Disponibilidade de Informações: inclusão de conteúdo e recursos no sítio <i>internet</i> , com posicionamento no 1º quartil do Ranking da Transparência 2021 (19º lugar nacional entre os órgãos do Poder Judiciário).



Objetivo: Promover a governança
Responsável: COMEIA (Diretoria-Geral)

ANÁLISE DE DESEMPENHO DO OBJETIVO

(Ações realizadas, resultados obtidos e conclusões acerca do desempenho do objetivo)

Observa-se uma evolução lenta dos indicadores de governança desde a implementação da Rede Interna de Governança do TRE-MT, sendo necessário avançar de forma mais robusta nas práticas de governança corporativa para alcançar o **nível de maturidade intermediário**. Em 2020 a pandemia de COVID-19, somada aos diversos eventos (eleições municipais e suplementar, adiamento das eleições, etc.), impactou negativamente na evolução deste objetivo, sendo pouco factível que a meta seja integralmente alcançada em 2021 (90%), tendo em vista a continuidade dos reflexos da pandemia e as dificuldades por ela impostas, assim como a complexidade de diversos itens, que exigirão maiores esforços para o alcance da meta.

ANÁLISE DE TENDÊNCIA

Tendência		Justificativa
Melhora	()	A tendência é de estabilidade do desempenho, tendo em vista que as restrições impostas pela pandemia de COVID-19 contribuirão negativamente para a continuidade das atividades de revisão da Rede Interna de Governança do TRE-MT (PAe nº 650/2017).
Estabilidade	(X)	
Piora	()	

RISCOS

Principais riscos	Impacto dos riscos
1) Revisão inadequada da estrutura de governança do TRE-MT, instituída por meio da Resolução nº 1.719/2016.	1) Prática de atos de gestão pelas instâncias de governança; 2) Apontamentos de auditoria.

RECOMENDAÇÕES PARA A TOMADA DE DECISÕES

Recomendação	Prós	Contras	Investimento	Custo recorrente	Expectativa de implantação (prazo)
Sem recomendações					



INDICADOR	HISTÓRICO REALIZADO						RESULTADO 2021											
							1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status
Cumprimento do PAC	94%	87,50%	70%	60,87%	91,67%	60,86%	0%	15%		0%	60%			80%			90%	

Observação: Meta PE 2016-2021 – Alcançar, até 2021, o índice de 90% de execução do PAC. A meta para 2021 é alcançar 90% das capacitações previstas no PAC (vide metas para o período: 2016 – 80%; 2017 – 90%; 2018 – 90%; 2019 – 90%; 2020 – 90%; 2021 – 90%).

COMENTÁRIOS

Cabe justificar que até o presente momento nenhuma parcela do orçamento foi efetivamente executada por diversos fatores.

Entre eles podemos ressaltar:

- 1- A aprovação tardia do Orçamento que só ocorreu em abril de 2021;
- 2- O acúmulo das tarefas administrativas da SPT em razão da ausência de servidor para acompanhar as diárias no período eleitoral, que ficaram a cargo da Chefe da SPT, e por serem prioritárias geraram acúmulo de atividades menos urgentes e que, por conseguinte, tiveram que ser finalizadas no início deste exercício;
- 3- Necessidade de análise das prestações de contas e consequente finalização das diárias do exercício 2020;
- 4- O acúmulo de tarefas da própria Chefe da SPT, que além de responder pela seção também atua como pregoeira desde o início de 2020;
- 5- Carga excessiva de certificados, inclusive dos eventos promovidos pela EJE que demandam registro e instrução dos processos de Adicional de Qualificação – Ações de Treinamento. Situação objeto de preocupação e que originou a proposta de adoção de sistemática idêntica à do TSE, em que os registros são feitos pelos próprios servidores e a validação pela unidade competente;
- 6- Liberação gradual segura da VPN para estagiários, impossibilitando a manutenção dos contratos;
- 7- Ademais, a exemplo do curso de Gestão de Processos que se encontra contratado desde o ano passado, foi necessário adiar sua realização em razão do envolvimento dos gestores na atualização do planejamento estratégico por meio de treinamento "on the job" iniciado em maio e que se encontra em reta final de execução;
- 8- Também um número significativo de servidores da TI ainda está concluindo capacitação iniciada no ano passado, cujo o prazo para finalização é agosto;
- 9- Por fim, a execução de muitas ações já estão em tramitação e algumas delas terão o início de sua execução brevemente, como: Curso de Gestão e Planos de Saúde na Organizações que se encontra contratado, a Academia de Liderança que tem previsão para segunda quinzena de agosto, o Curso de Gestão de Processos que aguarda a finalização do Planejamento estratégico e demais capacitações que tramitam concomitantemente, bem como a publicação do edital do Auxílio-Bolsa de Estudos, também em tramitação. Estas ações citadas representam por volta de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais). Demais ações encontram-se em fase de instrução.



Objetivo: Desenvolver e valorizar pessoas
Responsável: CEGEPE (SGP)

INDICADOR	HISTÓRICO REALIZADO						RESULTADO 2021											
							1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status
Clima Organizacional	NA	87,40%	93,20%	NM	95,20%	NM	NM	NM		NM	NM			80%			80%	

Observação: Meta PE 2016-2021 – Atingir o índice de 80% de satisfação dos servidores até 2021. A meta para 2021 é alcançar 80% de satisfação do corpo funcional (vide metas para o período: 2016 – 60%; 2017 – 70%; 2018 – 70%; 2019 – 80%; 2020 – 80%; 2021 – 80%).

COMENTÁRIOS

A nova pesquisa de clima será realizada no ano de 2021, haja vista sua periodicidade bienal. Os resultados da pesquisa realizada em 2019 constam no PAE nº 4.220/2019. Para o ano de 2021 será utilizada a técnica pulse, atualmente em uso no Tribunal Superior Eleitoral. Nesta técnica, são feitas poucas perguntas, mas com maior frequência. Ademais, recentemente o NQVT utilizou de várias perguntas aplicadas na pesquisa clima, tais dados também estão à disposição da Administração, assim como os revelados pela pesquisa de Riscos Psicossociais, também recente. Nova pesquisa será aplicada tão logo seja iniciado o retorno gradual às atividades presenciais.

PROJETOS ESTRATÉGICOS	STATUS PLANEJADO	STATUS EXECUTADO	ENTREGAS DO PERÍODO
Implantação da Gestão por Competências	-	-	<p>Sistema em modo de produção. O Sistema COYOTE foi implantado, contudo os ciclos avaliativos ainda não foram abertos em razão do não funcionamento do sistema em produção em sua totalidade.</p> <p>Os ciclos avaliativos não foram implementados porque o relatório não aparece. Este relatório servirá como trilha de aprendizagem de cada servidor nas lacunas de competências identificadas, após avaliação.</p> <p>A TI tem tentado solucionar de todas as formas e, agora, solicitamos a disponibilização de VPN e acesso pelo colega Clairton, do TRE-TO, para que o sistema possa ser utilizado plenamente.</p>



ANÁLISE DE DESEMPENHO DO OBJETIVO

(Ações realizadas, resultados obtidos e conclusões acerca do desempenho do objetivo)

Em 2021, diversos fatores dificultaram uma boa performance no objeto de desenvolver e valorizar pessoas, notadamente quanto aos indicadores de capacitação e lotação de servidores: 1) aprovação tardia do orçamento pelo TSE; 2) limitação no provimento de vagas pelo TSE e término de validade do concurso público; 3) segunda onda do COVID-19, retornando às atividades remotas. Nesse sentido, boa parte das atividades da área de gestão de pessoas neste contexto foi direcionada para ações de saúde física e mental, por meio de diálogos virtuais e acompanhamento psicossocial, levantamento do perfil comportamental dos servidores (HumanGuide), além da realização de forças-tarefas de atividades decorrentes das eleições/2020 e processos de seleção interna. Além disso, cabe destacar as atividades da primeira etapa da reestruturação do tribunal, contribuição na elaboração do novo Planejamento Estratégico e elaboração de normativo de trabalho híbrido.

ANÁLISE DE TENDÊNCIA

Tendência		Justificativa
Melhora	(X)	Apesar das dificuldades mencionadas, vislumbra-se a melhora da tendência para o desempenho do objetivo neste exercício, notadamente com a previsão da conclusão das capacitações previstas.
Estabilidade	()	
Piora	()	

RISCOS

Principais riscos	Impacto dos riscos
2ª onda de transmissão do COVID-19 intensificar-se com o relaxamento das medidas de isolamento social.	Alto

RECOMENDAÇÕES PARA A TOMADA DE DECISÕES

Recomendação	Prós	Contras	Investimento	Custo recorrente	Expectativa de implantação (prazo)
Sem recomendações					



Objetivo: Garantir a boa gestão dos recursos públicos
Responsável: CEOC (SAO)

INDICADOR	HISTÓRICO REALIZADO						RESULTADO 2021											
							1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status
Aderência da execução ao planejamento orçamentário	48,30%	81,04%	78%	53,49%	74,35%	75,93%	17,10%	65%		46,26%	70%			75%			80%	

Observação: Meta PE 2016-2021 – Melhorar o desempenho em 5%, a cada ano, até atingir 80%, patamar, considerado satisfatório, e manter o índice até 2021.

A meta para **2021** é alcançar 80% de aderência entre a execução e o planejamento orçamentário (vide meta TSE para o período: **2018** – 77,8%; **2019** – 78,5%; **2020** – 79,3%; **2021** – 80%).

COMENTÁRIOS

A crise sanitária ainda vigente trouxe reflexos na execução orçamentária da LOA 2021, registrando ainda a aprovação desta lei somente em maio do exercício corrente, o que nos remeteu a promover o realinhamento das despesas programadas pelas unidades demandantes com base de execução do mês de maio/2021. Como exemplo despesas com diárias e passagens com baixa execução e o não consequente cumprimento da aderência, considerando que os trabalhos estão sendo realizados em *home office*. Em maio deste exercício este Regional foi contemplado com dotação suplementar pedida sem fonte de recursos via crédito adicional tramitada no **SEI nº 02294.2021-4**. Serão aquisições não previstas na proposta orçamentária do exercício e que influenciaram na composição do indicador em comento. São fatores que se destacam pelo não cumprimento da meta estabelecida no 1º e 2º trimestres deste exercício.

INDICADOR	HISTÓRICO REALIZADO						RESULTADO 2021											
							1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status
Perdas orçamentárias	2,60%	3,10%	1,40%	1,20%	4,50%	0,59%	NM	6%		NM	6%			6%			6%	

Observação: Meta PE 2016-2021 – Reduzir em 2% a perda orçamentária de 2014, a cada ano, até atingir desempenho de 9% e manter o índice até 2021.

A meta para **2021** é manter a perda orçamentária abaixo de 9% (vide meta TSE para o período: **2018** – 8%; **2019** – 7,2%; **2020** – 6,5%; **2021** – 6%).

COMENTÁRIOS

Índice de medição anual a ser apurado em 2022, após o encerramento do exercício de 2021.



Objetivo: Garantir a boa gestão dos recursos públicos

Responsável: CEOC (SAO)

INDICADOR	HISTÓRICO REALIZADO						RESULTADO 2021											
							1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status
Execução do Plano Anual de Auditoria e de Fiscalização	75%	81,25%	90%	82,88%	68%	86%	22%	22%		45%	50%			75%			100%	

Observação: Meta PE 2016-2021 até 2021 – Atingir 100% das atividades planejadas até o final de cada exercício.

COMENTÁRIOS

Em que pese a *performance* do indicador não ter atingido a meta, as atividades de auditoria interna estão mais efetivas com a segregação das atividades de exame de contas eleitorais/partidárias da auditoria interna (Resolução TRE-MT nº 2.533/2020). A meta do 2º trimestre não foi atingida pela necessidade de substituição de ação planejada pelo estudo, regulamentação e implementação do Programa de Qualidade de Auditoria no âmbito do TRE/MT, em cumprimento a determinação do CNJ.

PROJETOS ESTRATÉGICOS	STATUS PLANEJADO	STATUS EXECUTADO	ENTREGAS DO PERÍODO
Programa de Gestão por Processos e Reestruturação Organizacional	Instituição do Escritório de Processos Organizacionais (EPO) do TRE-MT	-	A instituição do Escritório de Processos do TRE-MT (PAe nº 7.348/2017) foi vinculado ao processo de reestruturação do Tribunal, estando ainda pendente de validação estrutural e ferramental. Não houve avanços no mapeamento de processos no período em análise, a unidade priorizou a execução da gestão de riscos dos processos vinculados ao monitoramento das Eleições, em atendimento à Auditoria Operacional no processo de trabalho “Planejar Eleição” (SEI nº 04143.2020-4).
	DFT Método TSE (UnB)	-	1) Definição de atividades para a continuidade dos trabalhos do DFT nos Tribunais; 2) Alinhamento das entregas mapeadas pelo TSE com as entregas mapeadas pelos TREs; 3) Implantação do sistema DFT nos tribunais.
Implantação da Governança Institucional	100%	50%	A revisão da Rede Interna de Governança prevista na Resolução TRE-MT nº 1.719/2016 permanece pendente desde 2017, motivo pelo qual o percentual do projeto mantém-se inalterado, em que pese a inclusão da iniciativa no Plano da Gestão 2021-2023 (Ação 42).



Objetivo: Garantir a boa gestão dos recursos públicos
Responsável: CEOC (SAO)

ANÁLISE DE DESEMPENHO DO OBJETIVO

(Ações realizadas, resultados obtidos e conclusões acerca do desempenho do objetivo)

(Perspectiva Aderência ao planejamento orçamentário) (Perspectiva Perdas Orçamentárias) Em razão dos reflexos da crise sanitária vigente, os trabalhos realizados em *home office*, a programação e execução orçamentária ficaram prejudicadas. Para mitigar esse impacto e promover investimentos e ações voltadas ao cumprimento das ações estratégicas, a Administração requereu abertura de crédito adicional, e a unidade competente da COF promoveu captação de dados para o realinhamento das despesas inicialmente programada para a LOA 2021.

(Perspectiva Execução do Plano Anual de Auditoria e de Fiscalização) Em que pese a performance do indicador não ter atingido a meta, as atividades de auditoria interna estão mais efetivas com o objetivo agregar valor ao Tribunal.

ANÁLISE DE TENDÊNCIA

RISCOS

Tendência		Justificativa	Principais riscos	Impacto dos riscos
Melhora	()	<p>(Perspectiva Orçamentária) O indicador de aderência pode apresentar melhora significativa a medida em que o planejamento e a execução orçamentária e financeira sejam executadas no decorrer do exercício vigente. (Apontada pela SAO a tendência de estabilidade)</p> <p>(Perspectiva Plano Anual de Auditoria e de Fiscalização) A atuação técnica aperfeiçoada com vários treinamentos técnicos (Proteção de Dados, Qualidade de Auditoria, etc). (Apontada pela CCIA a tendência de melhora)</p>	<p>(Perspectiva Orçamentária) Sem comentários</p> <p>(Perspectiva Execução do Plano Anual de Auditoria e de Fiscalização) 1) Aumento de demandas pelo TCU, CNJ e/ou TSE.</p>	<p>(Perspectiva Orçamentária) Sem comentários</p> <p>(Perspectiva Execução do Plano Anual de Auditoria e de Fiscalização) 1) Não cumprimento das metas.</p>
Estabilidade	(X)			
Piora	()			

RECOMENDAÇÕES PARA A TOMADA DE DECISÕES

Recomendação	Prós	Contras	Investimento	Expectativa de implantação (prazo)
Sem recomendações				



Objetivo: Promover a eficiência dos processos de trabalho
Responsável: COMEIA (ASPLAN)



INDICADOR	HISTÓRICO REALIZADO						RESULTADO 2021											
							1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status
Mapeamento dos processos críticos de trabalho	ND	ND	6,9%	6,9%	6,9%	6,9%	6,9%	100%		6,9%	100%			100%			100%	

Observação: Meta PE 2016-2021 – Mapear 100% dos principais processos críticos de trabalho identificados na Secretaria e nas Zonas Eleitorais, até 2021. A meta escalonada para 2021 só terá condições de ser definida pelo COMEIA em face da instituição do Escritório de Processos do TRE-MT.

COMENTÁRIOS

O indicador **i.14 Mapeamento dos processos críticos de trabalho** se manteve inalterado do final do exercício de 2017 até o final do 2º trimestre de 2021, em razão da não implementação das transformações dos processos críticos priorizados pela Administração, que foram redesenhados pela consultoria contratada por meio do CT nº 36/2015, finalizado em abril/2017. O Escritório de Processos, objeto do PAe nº 7.348/2017, permanece pendente de estruturação, no entanto, o *roadmap* de ativação do Escritório (atividades específicas para iniciar o funcionamento) e o posicionamento do Escritório (modelo de atuação em rede ou centralizado) já foram pré-definidos pela Administração, restando cumprir as etapas formais para a edição de resolução e portaria abordando competências regimentais e instituição da metodologia de Gestão por Processos no âmbito do TRE-MT. O nível de entrega esperado da Unidade e as metas de desempenho dos processos de trabalho poderão ser estabelecidos, nos termos da Resolução TRE-MT nº 1.719/2016, pelo COMEIA. Destaca-se que em razão da alteração parcial da estrutura de funções comissionadas do TRE-MT, foi destinada uma função comissionada FC4 que foi alocada para a execução das atividades vinculadas ao Escritório de Processos.

INDICADOR	HISTÓRICO REALIZADO						RESULTADO 2021											
							1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status
Cumprimento dos indicadores dos processos críticos	ND	ND	ND	ND	ND	ND	NM	ND		NM	ND							

Observação: Meta PE 2016-2021 – Alcançar o percentual de *performance* esperado para 100% dos processos críticos priorizados, até 2021. A meta escalonada para 2021 só poderá ser definida pelo COMEIA em face da instituição do Escritório de Processos do TRE-MT.

COMENTÁRIOS

O indicador **i.15 Cumprimento dos indicadores dos processos críticos** permanece indisponível desde 2017, quando foi finalizada a consultoria contratada por meio do CT nº 36/2015. O medidor poderá ser disponibilizado somente após o estabelecimento de metas para os processos críticos de trabalho priorizados pela Administração do TRE-MT à época da consultoria, ou, alternativamente, mediante nova priorização, que poderá incluir, por exemplo, algum processo finalístico.

* A previsão realizada pela ASPLAN desde a 3ª RAE (08/03/2017), era de disponibilidade do indicador a partir do 2º semestre de 2017, mediante execução do Plano de Implementação do processo crítico “Adquirir bens e contratar serviços”.



PROJETOS ESTRATÉGICOS	STATUS PLANEJADO	STATUS EXECUTADO	ENTREGAS DO PERÍODO
Programa de Gestão por Processos e Reestruturação Organizacional	Implementação da agenda de melhorias do processo de Aquisições e Contratações	-	Até o momento 3 (três) produtos do conjunto de melhorias não priorizadas foi entregue. Outros 2 (dois) produtos priorizados pela OS nº 23/17 (simplificação dos termos de referência/projetos básicos e elaboração de modelo de edital piloto) estão em análise (PAe nº 1.100/2016 , juntado ao PAe nº 5.777/2013). <u>Observação:</u> A Ordem de Serviço nº 23/2017 acolheu 5 (cinco) ações de implementação da agenda de melhorias do processo de Aquisições e Contratações, produto do CT nº 36/2015, e designou os responsáveis por conduzi-las.
	Instituição do Escritório de Processos Organizacionais (EPO) do TRE-MT		A instituição do Escritório de Processos do TRE-MT (PAe nº 7.348/2017) foi vinculado ao processo de reestruturação do Tribunal, estando ainda pendente de validação estrutural e ferramental. Não houve avanços no mapeamento de processos no período em análise, a unidade priorizou a execução da gestão de riscos dos processos vinculados ao monitoramento das Eleições, em atendimento à Auditoria Operacional no processo de trabalho “Planejar Eleição” (SEI nº 04143.2020-4).
	DFT Método TSE (UnB)	-	1) Definição de atividades para a continuidade dos trabalhos do DFT nos Tribunais; 2) Alinhamento das entregas mapeadas pelo TSE com as entregas mapeadas pelos TRES; 3) Implantação do sistema DFT nos tribunais.
Programa Eleições (Ciclo Eleições 2020)	100%	95%	Realizada a avaliação do Plano Integrado das Eleições 2020 junto aos cartórios por meio de questionário eletrônico; e a avaliação das modalidades de alimentação de mesários e colaboradores. Os relatórios das respectivas avaliações foram concluídos em julho/2021.



Objetivo: Promover a eficiência dos processos de trabalho
Responsável: COMEIA (ASPLAN)

ANÁLISE DE DESEMPENHO DO OBJETIVO

(Ações realizadas, resultados obtidos e conclusões acerca do desempenho do objetivo)

A gestão por processos (GP) teve início no âmbito do TRE-MT, propiciada pela contratação de empresa de consultoria (CT nº 36/2015), prevista no Plano Estratégico do ciclo anterior (2010-2015), cujos resultados iniciais contemplaram o redesenho, ao final de abril/2017, dos processos de trabalho de (i) aquisições e contratações (OS nº 23/2017), (ii) força-tarefa e (iii) acompanhamento de eleições. O objetivo estratégico **oe7. Promover a eficiência dos processos de trabalho** apresenta resultado insatisfatório desde a 4ª RAE (09/08/2017), pois não foram implementadas as transformações dos referidos processos críticos elegidos pelos gestores, tampouco a disseminação das metodologias e ferramentas necessárias à consolidação do *Framework* de atuação do Escritório de Processos Organizacionais (EPO), havendo apenas a mudança da tendência de futuro pela expectativa da implantação do Escritório.

ANÁLISE DE TENDÊNCIA			RISCOS	
Tendência		Justificativa	Principais riscos	Impacto dos riscos
Melhora	(X)	A tendência é de melhora do objetivo estratégico, pois a implantação do EPO, elemento chave para a utilização do modelo de gestão por processos, está sob avaliação final da atual Administração do TRE-MT, que sinalizou positivamente pela instituição.	1) Não implantação do EPO com estrutura mínima adequada; 2) Não envolvimento dos gestores e dos assessores setoriais com as atividades de redesenho dos processos críticos; 3) Falta de capacitação adequada para execução das atividades; 4) Escolha equivocada do processo paradigma para estabelecimento do EPO.	1) Ausência da melhoria dos processos de trabalho, em tempos de EC nº 95/2016; 2) Não transformação dos processos críticos já redesenhados pela consultoria, que demandou <u>alto investimento</u> de contratação pelo TRE-MT; 3) Alta distorção nos resultados das técnicas de gestão por competências, DFT e de gestão de riscos , devido à ausência da base da GP.
Estabilidade	()			
Piora	()			

RECOMENDAÇÕES PARA A TOMADA DE DECISÕES

Recomendação	Prós	Contras	Investimento	Custo recorrente	Expectativa de implantação (prazo)
Impulso final do PAe nº 7.348/2017	(1) Instituição do Escritório de Processos na ASPLAN, mediante previsão no RI; (2) Patrocínio para a adoção permanente da técnica no âmbito corporativo.	Resistência das áreas para a operacionalização do trabalho em rede , conforme previsto na arquitetura de cargos em comissão do Tribunal desde a reestruturação de 2006.	A definir, conforme priorização da Administração na atualização do regulamento interno da Secretaria.		Prevê-se significativo atraso na execução das atividades relativas à atualização do regulamento interno (novo desenho organizacional), prejudicando o alcance de melhores resultados de valor no longo prazo.
Realização da <u>completa</u> transformação dos processos redesenhados de aquisições e contratações (OS nº 23/2017), com o consequente DFT nas unidades administrativas impactadas.	(1) Diminuição do tempo de implemento das contratações; (2) Dimensionamento da força de trabalho nas unidades administrativas envolvidas.	Resistência das áreas impactadas	R\$ 444.700,00	A definir, conforme resultados apurados da 1ª onda de transformação de processos de trabalho	Conforme metas a ser estabelecidas pela Administração (COMEIA)



Objetivo: Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral
Responsável: DIRETORIA-GERAL

INDICADOR	HISTÓRICO REALIZADO						RESULTADO 2021											
							1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status
Eleitores com cadastro biométrico	18,57%	26,46%	36,24%	53,67%	83,99%	85,72%	85,23%	85%		84,76%	90%			95%			100%	

Observação: Meta PE 2016-2021 – Promover o recadastramento biométrico de 100% dos eleitores de Mato Grosso até 2021.

A meta para **2021** seria alcançar o recadastramento de 100% do eleitorado mato-grossense (vide metas TRE-MT para o período: **2016** – 25%; **2017** – 45%; **2018** – 50%; **2019** – 75%; **2020** – 80%; **2021** – 100%).

COMENTÁRIOS

A suspensão da coleta biométrica por tempo indeterminado em decorrência da pandemia de COVID-19 comprometeu o alcance da meta e trouxe impacto negativo no percentual alcançado, que vem reduzindo desde meados de 2020. Desse modo, o cumprimento da meta em 2021, que já exigiria um esforço adicional, ficou impossibilitado. Nesta reta final, até então o desafio estava relacionado à quantidade insuficiente de kits biométricos diante do número de municípios que deverão passar por revisão em um curto período de tempo. Agora, a pandemia adicionou mais risco, dada a imprevisibilidade de seu desdobramento.

PROJETOS ESTRATÉGICOS	STATUS PLANEJADO	STATUS EXECUTADO	ENTREGAS DO PERÍODO
Projeto Biometria - Biênio 2019 2021	80%	84,76%	61.677 novos cadastramentos biométricos foram realizados em 2020, alcançando ao final do 3º quadrimestre o total de 1.892.195 eleitores com biometria em todo Estado.
Projeto Pauta Limpa 2022	-	-	Edição da Resolução TRE-MT nº 2.620/2021 para o ciclo 2022 e monitoramento/divulgação de resultados.
Programa Eleições (Ciclo Eleições 2020)	100%	95%	Realizada a avaliação do Plano Integrado das Eleições 2020 junto aos cartórios por meio de questionário eletrônico; e a avaliação das modalidades de alimentação de mesários e colaboradores. Os relatórios das respectivas avaliações foi concluído no mês de julho/2021.



INDICADOR	HISTÓRICO REALIZADO						RESULTADO 2021											
							1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status
Inserções positivas na mídia	1.478	3.623	3.090	9.001	4.046	11.224	578	1.637		1.331	2.912			3.399			4.248	

Observação: Meta PE 2016-2021 – Ampliar em 5% as inserções positivas na mídia em anos eleitorais e não eleitorais, até 2021.

A meta para **2021** é representada pela ampliação de 5% do volume de matérias positivas divulgadas em 2019 (total de 4.046), conforme a seguir discriminado por trimestre daquele ano.

1º Trimestre: $1.559 + 5\% = 1.637$

2º Trimestre: $2.773 + 5\% = 2.912$

3º Trimestre: $3.237 + 5\% = 3.399$

4º Trimestre: $4.046 + 5\% = 4.248$ **Meta cumulada 2021 = 4.248**

COMENTÁRIOS

A área técnica responsável (ASCOM) reforça que este indicador precisaria ser excluído do Plano Estratégico, pois a quantidade de inserções de matérias positivas na mídia não depende exclusivamente da Assessoria de Comunicação, que nada mais é que uma reprodutora de conteúdo. Depende sim, de fatores internos, projetos, ações e demais iniciativas implementadas pela sede do Tribunal e cartórios eleitorais, julgamentos de grande repercussão e também fatores externos, como ocorreu com o surgimento da pandemia. No 1º semestre deste ano não foi possível atingir a meta, reforçando que o cenário não foi ocasionado por falta de iniciativa da unidade responsável, mas por fatores internos e externos como já explicado anteriormente. Para ilustrar cita-se que no 1º trimestre de 2019 estava sendo realizando o cadastro biométrico em dezenas de municípios do Estado, o que era objeto de constante divulgação, além da tramitação do processo da ex-senadora Selma Arruda, que gerava grande repercussão.

PROJETOS ESTRATÉGICOS	STATUS PLANEJADO	STATUS EXECUTADO	ENTREGAS DO PERÍODO
Programa de Comunicação Institucional (Interna e Externa)	-	-	Plano de Ação para cumprimento da Meta Específica 1 CNJ (SEI nº 02538.2021-9).
Programa de Acesso à Informação	100%	95,40%	Acessibilidade do portal: aferição observando o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico - e-MAG.
		97,93%	Disponibilidade de Informações: inclusão de conteúdo e recursos no sítio <i>internet</i> , com posicionamento no 1º quartil do Ranking da Transparência 2021 (19º lugar nacional entre os órgãos do Poder Judiciário).



ANÁLISE DE DESEMPENHO DO OBJETIVO

(Ações realizadas, resultados obtidos e conclusões acerca do desempenho do objetivo)

A suspensão da coleta biométrica por tempo indeterminado em decorrência da pandemia de COVID-19 comprometeu o alcance da meta e trouxe impacto negativo no percentual alcançado, que vem reduzindo desde meados de 2020. Desse modo, o cumprimento da meta em 2021, que já exigiria um esforço adicional, ficou impossibilitado. Nesta reta final, até então o desafio estava relacionado à quantidade insuficiente de kits biométricos diante do número de municípios que deverão passar por revisão em um curto período de tempo. Agora, a pandemia adicionou mais risco, dada a imprevisibilidade de seu desdobramento. O número de inserções positivas também caiu, notadamente em razão de não ser ano eleitoral e também impactado pelos reflexos da pandemia.

ANÁLISE DE TENDÊNCIA

Tendência		Justificativa
Melhora	()	Devido ao cenário de pandemia, que suspendeu a coleta biométrica, a tendência é de piora para o indicador de cadastro biométrico, bem como em relação ao indicador de inserções positivas na mídia, tendo em vista que em 2021 não teremos eleições, de modo que naturalmente a exposição na mídia diminui.
Estabilidade	()	
Piora	(X)	

RISCOS

Principais riscos	Impacto dos riscos
1) Concorrência com projetos considerados críticos ao Tribunal; 2) Prejudicialidade no desempenho das metas do CNJ e Pauta Limpa.	1) Deficiência nos processos internos; 2) Descumprimento de metas nacionais de desempenho.

RECOMENDAÇÕES PARA A TOMADA DE DECISÕES

Recomendação	Prós	Contras	Investimento	Custo recorrente	Expectativa de implantação (prazo)
A ASCOM sugere a exclusão do indicador i.13 Inserções positivas na mídia uma vez que a quantidade de inserções de matérias positivas na mídia não depende exclusivamente da unidade.	(1) Preserva outros projetos de importância para o Tribunal e sociedade.		-	-	



Objetivo: Combater a corrupção eleitoral

Responsável: OUVIDORIA

INDICADOR	HISTÓRICO REALIZADO						RESULTADO 2021											
							1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status
Tratativas de denúncias	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%		100%	100%			100%			100%	

Observação: Meta PE 2016-2021 em 2019 – Responder 100% das demandas dirigidas à Ouvidoria no tempo padrão de 5 (cinco) dias úteis.

COMENTÁRIOS

Este indicador considera o percentual de demandas respondidas pela Ouvidoria Eleitoral. Nesse sentido, o índice foi de 100%, pois todas as demandas que aportaram na unidade recebem tratamento imediato. Dessa forma, o índice de 100% é sempre atingido.

Comentário da ASPLAN: Considerando que o indicador **i.11 Tratativas de denúncias** não se mostrou consistente para traduzir a *performance* do objetivo **o.5 Combater a corrupção eleitoral** durante a vigência do Plano Estratégico do ciclo 2016-2021, o referido medidor deixou de fazer parte da cesta de indicadores do Plano Estratégico do novo ciclo, período 2021-2026.

PROJETOS ESTRATÉGICOS	STATUS PLANEJADO	STATUS EXECUTADO	ENTREGAS DO PERÍODO
Voto Consciente	-	-	Diante da pandemia do Coronavírus iniciada em 2020 e da necessidade do isolamento social, as aulas presenciais foram suspensas desde março de 2020 até julho de 2021, não sendo possível realizar as atividades do Programa Voto Consciente.
Programa Eleições (Ciclo Eleições 2020)	100%	95%	Realizada a avaliação do Plano Integrado das Eleições 2020 junto aos cartórios por meio de questionário eletrônico; e a avaliação das modalidades de alimentação de mesários e colaboradores. Os relatórios das respectivas avaliações foi concluído no mês de julho/2021.



Objetivo: Combater a corrupção eleitoral

Responsável: OUVIDORIA

ANÁLISE DE DESEMPENHO DO OBJETIVO

(Ações realizadas, resultados obtidos e conclusões acerca do desempenho do objetivo)

Comentário da ASPLAN: Este objetivo - **Combater a corrupção eleitoral** - é medido via o indicador de **i.11 Tratativas das denúncias**, bem como pelo Projeto **Voto Consciente**, executado pela EJE, e pelo **Programa Eleições**, ao encargo da ASPLAN.

ANÁLISE DE TENDÊNCIA

Tendência		Justificativa
Melhora	()	O Projeto Voto Consciente promovido pela EJE e o Programa Eleições contribuem de forma direta para aferição efetiva do objetivo em questão. Já o indicador à cargo da Ouvidoria precisa de uma reforma conceitual, necessitando de ajustes, em busca de informações mais profundas e de resultado. Da forma como está há uma tendência de estabilidade, sem resultados claros.
Estabilidade	(X)	
Piora	()	

RISCOS

Principais riscos	Impacto dos riscos
Permanência com resultados satisfatórios mas que não contribuam efetivamente com o objetivo.	Não cumprimento do real escopo do objetivo, apesar dos resultados satisfatórios.

RECOMENDAÇÕES PARA A TOMADA DE DECISÕES

Recomendação	Prós	Contras	Investimento	Custo recorrente	Expectativa de implantação (prazo)
Sem recomendações					



Objetivo: Assegurar a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
Responsável: CEJUD (SJ)



INDICADOR	HISTÓRICO REALIZADO						RESULTADO 2021											
							1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status
Estoque Processual 1º GRAU	89,85%	108,23%	95,71%	100,41%	140%	99,73%	23,83	100%		51,81%	100%			100%			100%	

COMENTÁRIOS

Nota-se que percentual do 1º semestre está no limite mínimo do ideal. Espera-se que com o amadurecimento da instrução processual dos processos de PCE o 2º semestre tenha mais processos julgados. Várias ações foram desencadeadas com esse objetivo, tais como, inspeções remotas em 43 zonas no 1º quadrimestre, ofícios e acompanhamento de julgamento e reunião dos juízes e servidores com o Presidente e a Corregedora.

INDICADOR	HISTÓRICO REALIZADO						RESULTADO 2021											
							1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status
Estoque processual 2º GRAU	237,38%	94,38%	81,38%	113,31%	89,02%	106,75%	42,12%	100%		77,34%	100%			100%			100%	

COMENTÁRIOS

Os resultados muito negativos no 1º e 2º trimestres são resultantes da sazonalidade característica da Justiça Eleitoral, com ingresso de processos em grande quantidade em períodos específicos. Os processos de prestação de contas da eleição suplementares para um cargo de senador não julgadas no ano de 2020 foram consideradas como autuadas em janeiro de 2021, conforme critérios da META 1/2021 do CNJ. Também destaca-se o recebimento concentrado das prestações de contas anuais dos diretórios estatuais dos partidos políticos no 2º trimestre. Nos próximos trimestres, terão destaque os recursos eleitorais das eleições 2020, em especial os recursos em prestações de contas eleitorais. O cumprimento da meta no 2º grau é possível, mas desafiador, considerando os indicadores mensais de autuações e julgamentos dos últimos meses.

INDICADOR	HISTÓRICO REALIZADO						RESULTADO 2021											
							1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status
Estoque processual TRE-MT	100,13%	107,44%	95,01%	103,91%	130,54%	100,17%	23,74%	100%		52,48%	100%			100%			100%	

COMENTÁRIOS

O desempenho do indicador refletiu a característica especial da Justiça Eleitoral em pós Eleições Municipais e com o implemento das Prestações de Contas de partidos e diretórios, autuados de forma mais célere pela tramitação eletrônica dos autos. Todavia, graças à implementação do Projeto Pauta Limpa 2022, espera-se um implemento dos julgamentos, mostrando-se possível, embora desafiador, o cumprimento da meta. A tendência de melhora pode ser reconsiderada e medidas devem ser tomadas caso no final do 3º trimestre o aumento da produtividade não se mantenha.

Observação: Meta Nacional CNJ nº 1/2021 (Meta 1 do CNJ) – Julgar mais processos que os distribuídos.

Meta PE 2016-2021 para 2021 – Manter, até 2021, índice de julgamento >100% dos processos autuados no ano de referência.



Objetivo: Assegurar a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
Responsável: CEJUD (SJ)



INDICADOR	HISTÓRICO REALIZADO						RESULTADO 2021											
							1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status
Julgamento de processos antigos 1º GRAU	108,60%	99,26%	104,89%	107,26%	107,67%	99,73%	65,72%	100%		73,72%	100%			100%			100%	

COMENTÁRIOS

Diferentemente dos últimos dois anos em que o percentual no 1º trimestre encontrava-se praticamente atingido a meta, este ano, provavelmente por ser subsequente ao ano de eleição municipal, ainda não se verificou o cumprimento ainda no final do 1º semestre. Pendentes 80 processos, o que exigirá ações mais contundentes juntos aos cartórios para julgamento. Não se exigiu ainda qualquer ação para julgamento da Meta 2 porque isso pode aumentar o tempo de julgamentos dos processos que já se encontra alto em relação aos processos antigos, especialmente das ações penais, e assim prejudicar o Prêmio CNJ de Qualidade (julgar processo antigo até julho com tempo além da média piora a média de tempos, após julho isso poderá ser feito).

INDICADOR	HISTÓRICO REALIZADO						RESULTADO 2021											
							1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status
Julgamento de processos antigos 2º GRAU	110,09%	102,16%	89,40%	85,69%	98,64%	102,69%	85,67%	100%		95,13%	100%			100%			100%	

COMENTÁRIOS

A Meta 2/2021-CNJ foi cumprida no 2º grau no 2º trimestre. O cumprimento antecipado da meta foi possível graças a esforços em anos anteriores, restando no final do 2º trimestre apenas 49 processos antigos pendentes de julgamento, 19 processos a menos do que o necessário para atingir a meta de julgar, até 31/12/2021, 80% dos processos autuados até 31/12/2019.

INDICADOR	HISTÓRICO REALIZADO						RESULTADO 2021											
							1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			3º Trimestre		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status
Julgamento de processos antigos TRE-MT	108,80%	100,13%	102,92%	106,43%	105,82%	106,83%	73,25%	100%		81,70%	100%			100%			100%	

COMENTÁRIOS

O cenário mais desafiador para o indicador encontra-se na 1ª instância em razão do aumento autuações pós eleições municipais e que demanda maior prioridade para os processos novos, retirando a foco dos processos antigos. Todavia, o CEJUD monitora esse desempenho e pode sugerir medidas adicionais de priorização para que o indicador performe dentro do esperado, a partir do resultado do próximo trimestre. Aqui também deve ser percebido os efeitos do Projeto Pauta Limpa 2022.

Observação: Meta Nacional CNJ nº 2/2021 (Meta 2 do CNJ) – Julgar processos mais antigos.

Meta PE 2016-2021 para 2021 – Manter, até 2021, índice de julgamento >90% dos processos antigos.



INDICADOR	HISTÓRICO REALIZADO						RESULTADO 2021											
							1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status
Publicação de Acórdãos e Resoluções	NA	105,26%	94,06%	88,25%	96,89%	98,71%	101,35%	99%		99,87%	99%			99%			99%	

Observação: Meta PE 2016-2021 – Publicar 99% de acórdãos e resoluções dentro do prazo padrão, até 2021 (Meta 4/2010 CNJ).

A meta para 2021 é alcançar o percentual de 99% de acórdãos e resoluções publicados em até 10 (dez) dias úteis após emissão das decisões colegiadas (vide metas TRE-MT para o período: 2016 – 95%; 2017 – 96%; 2018 – 97%; 2019 – 98%; 2020 – 99%; 2021 – 99%).

COMENTÁRIOS

A coleta de dados continua sendo realizada manualmente, utilizando-se de tabelas para o controle de acórdãos e resoluções expedidos. Justificativas para o atraso nas publicações: **maio** (4 acórdãos) - nº 28521: problema técnico no PJe para a ajuste dos votos e composição do acórdão; nºs 28556, 28561 e 28562: período de férias do Relator; **junho** (1 Resolução e 1 acórdão) - nº 2613: atraso na disponibilização pela unidade; nº 28598: atraso na inclusão da ementa para compor o acórdão.

Janeiro/2021 = 101,01%
 Fevereiro/2021 = 102,03%
 Março/2021 = 101,01%
 Abril/2021 = 101,01%
 Maio/2021 = 95,48%
 Junho/2021 = 98,66% Média acumulada 2021 = 99,87%

PROJETOS ESTRATÉGICOS	STATUS PLANEJADO	STATUS EXECUTADO	ENTREGAS DO PERÍODO
Projeto Pauta Limpa 2020 – 1º Grau	40%	32,60%	Edição da Resolução TRE-MT nº 2.620/2021 e monitoramento com divulgação de resultados na internet no endereço https://www.tre-mt.jus.br/servicos-judiciais/projeto-pauta-limpa/2022 .
Projeto Pauta Limpa 2020 – 2º Grau	40%	53%	
Projeto Pauta Limpa 2020 – TRE-MT	40%	42,80%	



ANÁLISE DE DESEMPENHO DO OBJETIVO – 1ª e 2ª instâncias
(Ações realizadas, resultados obtidos e conclusões acerca do desempenho do objetivo)

O objetivo, embora sinalizando seu pior indicador, tende a ter melhoria significativa nos dois últimos trimestres do ano, após o impacto inicial, especialmente no 1º grau, das autuações ocorridas após as Eleições Municipais e o ingresso - de forma mais ágil graças à autuação eletrônica - das prestações de contas eleitorais e partidárias. Todavia, com a aprovação do Projeto Pauta Limpa 2022 e os esforços no julgamento dos processos de prestação de contas, dos processos prioritários (antigos) e dos criminais, será percebida a melhora dos indicadores e objetivo como um todo, conforme já indicado pela melhora dos indicadores no 2º trimestre. Importante ressaltar, também, os impactos do Prêmio CNJ de qualidade e do esforço para as correções nas autuações (DATAJUD) no desempenho do objetivo neste 1º semestre, em razão da utilização da força de trabalho existente nessas atividades, concomitante à prestação jurisdicional; isso se dá porque embora haja um maior adaptação ao trabalho remoto - que ainda persiste em razão ainda da continuidade no cenário da pandemia de COVID-19 - devem ser considerados os efeitos negativos de sua ocorrência nos indicadores de produtividade judiciária.

ANÁLISE DE TENDÊNCIA

Tendência		Justificativa
Melhora	(X)	O julgamento das prestações de contas já autuadas e as metas do Projeto Pauta Limpa 2022 auxiliarão no desempenho do objetivo, o que já se observa com a melhora dos indicadores no 2º trimestre.
Estabilidade	()	
Piora	()	

RISCOS

Principais riscos	Impacto dos riscos
1) Queda no percentual de julgamentos; 2) Priorização dos processos da eleição em relação aos processos antigos (Meta 2); 3) Problemas no sistema do PJe em razão de ajustes e migração para a versão 2.1 (2ª Instância).	Não atingimento do percentual de cumprimento das Meta 1 e 2 do CNJ, por consequência, não cumprir o desenvolvimento do objetivo.

RECOMENDAÇÕES PARA A TOMADA DE DECISÕES

Recomendação	Prós	Contras	Investimento	Custo	Expectativa de implantação (prazo)
Sem recomendações					



Objetivo: Garantir o acesso à Justiça Eleitoral
Responsável: CETI (Diretoria-Geral)

INDICADOR	HISTÓRICO REALIZADO						RESULTADO 2021											
							1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status
Acessibilidade ao portal do TRE-MT	7,9	7,4	8,6	8,65	8,07	ND	9,54	10		9,54	10			10			10	

Observação: Meta PE 2016-2021 – Assegurar, até 2021, a acessibilidade de todas as páginas do portal do TRE-MT.

A meta para **2021** é conseguir a nota 10 em todas as páginas do sítio *internet* do Tribunal (vide metas para o período: **2016** – 8,5; **2017** – 9,0; **2018** – 9,5; **2019** – 10; **2020** – 10; **2021** – 10).

COMENTÁRIOS

Foram aferidas quanto à acessibilidade 837 páginas do portal do TRE-MT, por meio da ferramenta ASES, mantida pelo governo brasileiro, disponível no endereço <https://asesweb.governoeletronico.gov.br/>, observando o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico - e-MAG, conforme Resolução CNJ nº 215/2015, alcançando nota média de 9,54. A infraestrutura do Portal da Justiça Eleitoral, que supre os sítios eletrônicos de todos os Tribunais Regionais Eleitorais, é mantida exclusivamente pelo Tribunal Superior Eleitoral, não sendo permitido aos regionais incluir conteúdo em desacordo com os padrões por eles definidos. A gestão de conteúdo nos Regionais está relacionada a inclusões de conteúdos textuais ou de objetos pré-definidos como imagens e alguns tipos de arquivos, com o formato definido pelos recursos da infraestrutura do Portal da Justiça Eleitoral. Praticamente todos os apontamentos de acessibilidade decorrem desses formatos pré-definidos, não sendo possível aos regionais sanar apontamentos relacionados a esses formatos.

A ferramenta ASES classifica as páginas em 4 (quatro) níveis, de acordo com o percentual de aderência ao modelo eMAG, sendo o nível mais elevado classificado pela cor VERDE, com 95% de aderência ou mais, que é a classificação média das páginas do TRE-MT.

A meta do indicador implica não haver qualquer desvio quanto ao Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico. Pelas características do Portal da Justiça Eleitoral, com sua infraestrutura centralizada no TSE, considera-se não ser possível atingir 100% de aderência ao modelo, visto que praticamente a totalidade dos apontamentos restantes são decorrentes de formato pré-definido pelo sistema de gestão de conteúdo adotado pela Justiça Eleitoral, e pelos modelos de objeto definidos pelo Tribunal Superior, sem possibilidade de saneamento pelos regionais.

PROJETOS ESTRATÉGICOS	STATUS PLANEJADO	STATUS EXECUTADO	ENTREGAS DO PERÍODO
Programa de Acesso à Informação	100%	95,40%	Acessibilidade do portal: aferição observando o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico - e-MAG.
		97,93%	Disponibilidade de Informações: inclusão de conteúdo e recursos no sítio <i>internet</i> , com posicionamento no 1º quartil do Ranking da Transparência 2021 (19º lugar nacional entre os órgãos do Poder Judiciário).



Objetivo: Garantir o acesso à Justiça Eleitoral
Responsável: CETI (Diretoria-Geral)

INDICADOR	HISTÓRICO REALIZADO						RESULTADO 2021											
							1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status
Disponibilização de informações administrativas e judiciais	ND	88,78%	88,78%	91%	90,16	86,12%	95,36%	100%		97,93%	100%							

Observação: Meta PE 2016-2021 – Alcançar, até 2021, o índice de 100% de disponibilidade de informações judiciais e administrativas.

A meta para **2021** é manter 100% das informações atualizadas (vide metas para o período: **2016** – 80%; **2017** – 80%; **2018** – 80%; **2019** – 80%; **2020** – 100%; **2021** – 100%).

COMENTÁRIOS

O indicador de disponibilização de informações no portal passou a ser aferido pelo Ranking da Transparência do Poder Judiciário, instituído pela Resolução CNJ nº 215/2015, que foi avaliado de forma preliminar pelo Conselho Nacional de Justiça com o percentual de 93,81% de atendimento aos requisitos de transparência. Porém um dos quesitos de transparência evidentemente cumpridos pelo TRE-MT, relativo à disponibilização de atos normativos, não foi considerado nessa avaliação preliminar, razão pela qual foi interposto recurso contra a avaliação preliminar. Considerando os 3 pontos desse requisito, o TRE-MT cumpriu **95,36%** no 1º trimestre. Após o resultado da avaliação preliminar do CNJ, dois outros requisitos não pontuados no ranking de 2021 por não atenderem integralmente aos critérios de avaliação também passaram a ser cumpridos: diárias e passagens; e relação de servidores em teletrabalho. Considerando os ajustes nas páginas desse dois requisitos, o TRE-MT passou a cumprir no 2º trimestre **97,93%**, restando pendentes somente 2 (requisitos), quais sejam: acesso externo aos processos administrativos - SEI; e audiodescrição em manifestações públicas. Quanto a esse último requisito, o Tribunal já dispõe de alguns vídeos com audiodescrição, mas, com ações ainda incipientes, não se considera o requisito como totalmente cumprido.

O acesso externo ao SEI depende de implementações e aquisições, conforme informado pela Secretaria de Tecnologia da Informação. Somente 3 tribunais eleitorais não permitem o acesso externo aos procedimentos administrativos, segundo as avaliações do ranking da transparência.

Os quesitos de transparência atualmente não atendidos pelo TRE-MT estão relacionados no **SEI nº 01896.2021-8**, com ponderações específicas para cada um dos quesitos de transparência pendentes e as ações necessárias das unidades administrativas envolvidas, visando o cumprimento integral da lei de acesso a informação.

PROJETOS ESTRATÉGICOS	STATUS PLANEJADO	STATUS EXECUTADO	ENTREGAS DO PERÍODO
Programa Eleições (Ciclo Eleições 2020)	100%	95%	Realizada a avaliação do Plano Integrado das Eleições 2020 junto aos cartórios por meio de questionário eletrônico; e a avaliação das modalidades de alimentação de mesários e colaboradores. Os relatórios das respectivas avaliações foi concluído no mês de julho/2021.



ANÁLISE DE DESEMPENHO DO OBJETIVO

(Ações realizadas, resultados obtidos e conclusões acerca do desempenho do objetivo)

Em relação ao indicador **i4. Acessibilidade ao portal**, passou a ser utilizada a ferramenta ASES para sua aferição, observando o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG), conforme Resolução CNJ nº 215/2015, alcançando nota média de 9,54. A ferramenta ASES classifica as páginas em quatro níveis, de acordo com o percentual de aderência ao modelo eMAG, sendo o nível mais elevado classificado pela cor VERDE, com 95% de aderência ou mais, que é a classificação média das páginas do TRE-MT. A infraestrutura do Portal da Justiça Eleitoral é mantida exclusivamente pelo TSE, não sendo possível aos Regionais sanar apontamentos relacionados a esses formatos. O indicador **i.5. Disponibilização de informações** no portal é aferido pelo Ranking da Transparência do Poder Judiciário, instituído pela Resolução CNJ nº 215/2015, que foi avaliado de forma preliminar pelo CNJ com o percentual de 93,81% de atendimento aos requisitos de transparência. Todavia, foi interposto recurso em relação a um dos quesitos de transparência evidentemente cumprido, relativo à disponibilização de atos normativos. Assim, considerando os 3 pontos desse requisito, o TRE-MT cumpriu 95,36% no 1º trimestre. Após o resultado da avaliação preliminar do CNJ, dois outros requisitos não pontuados no ranking de 2021 passaram a ser cumpridos: diárias e passagens; e relação de servidores em teletrabalho, de modo que o TRE-MT passou a cumprir no 2º trimestre 97,93%, restando pendentes somente 2 (requisitos), quais sejam: acesso externo aos processos administrativos (SEI!), que depende da contratação de Web Application Firewall (**SEI nº 02941.2021-1**); e audiodescrição em manifestações públicas. Quanto a esse último requisito, o Tribunal já dispõe de alguns vídeos com audiodescrição, mas o requisito ainda não pode ser considerado totalmente cumprido.

ANÁLISE DE TENDÊNCIA

Tendência		Justificativa
Melhora	()	A evolução desse indicador depende em grande parte do TSE, que é responsável pela infraestrutura do Portal da Justiça Eleitoral. No que diz respeito à melhoria do indicador de "disponibilização de informações", isso ocorrerá com o atendimento dos quesitos de transparência pendentes.
Estabilidade	(X)	
Piora	()	

RISCOS

Principais riscos	Impacto dos riscos
Cobranças do Conselho Nacional de Justiça e Tribunal de Contas da União	1) Não cumprimento de normas legais 2) Dificuldade de acesso dos cidadãos-eleitores

RECOMENDAÇÕES PARA A TOMADA DE DECISÕES

Recomendação	Prós	Contras	Investimento	Custo recorrente	Expectativa de implantação (prazo)
Atendimento dos quesitos de transparência pendentes (SEI nº 01896.2021-8)	Melhoria no acesso à informação	Nenhum			



Objetivo: Atender com excelência o cidadão
Responsável: CONADE (Diretoria-Geral)

INDICADOR	HISTÓRICO REALIZADO						RESULTADO 2021											
							1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status
Grau de satisfação do cidadão-eleitor	71,75%	85,71%	53,03%	76,27%	98,33%	99,25%	99,25%	80%		94,44%	80%							

Observação: Meta PE 2016-2021 – Atingir 80% de satisfação geral dos cidadãos com conceito “bom” e ótimo” e manter o índice até 2021. A meta para 2021 é atingir 80% de satisfação geral dos cidadãos com conceito “bom” e ótimo”.

COMENTÁRIOS

A pesquisa de satisfação, base para o indicador **i.3 Grau de Satisfação do Eleitor**, manteve-se acima da meta no 1º trimestre de 2021, e da mesma forma no 2º trimestre deste ano. O cenário da pandemia acabou prejudicando os atendimentos presenciais, potencializando o atendimento telefônico e virtual. Toda essa situação chegou a impactar na percepção de qualidade dos serviços dos eleitores, fazendo com que a avaliação positiva ficasse acima da média nos primeiros trimestres do ano.

INDICADOR	HISTÓRICO REALIZADO						RESULTADO 2021											
							1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status
Evolução da percepção do processo eleitoral	ND	ND	ND	ND	ND	ND	NM	ND		NM	ND			ND			ND	

Observação: Meta PE 2016-2021 – Aumentar o índice de aprovação, até 2021.

As metas não foram estabelecidas porque o indicador ainda está indisponível, dada a dependência direta de resultado de pesquisa de opinião pública.

COMENTÁRIOS

Em 2016 a pesquisa não foi realizada por falta de orçamento. Já em 2017, a ASCOM encaminhou a Diretoria Geral um escopo de uma pesquisa a ser realizada com o público externo, juntamente com um orçamento fornecido por uma empresa especializada em pesquisa. No mesmo ano, o então Diretor-Geral solicitou à ASCOM a apresentação de propostas alternativas. A ASCOM, então, apresentou duas propostas: aplicação da pesquisa com o uso da tecnologia e anexou um orçamento com custo reduzido em 50% ou; a aplicação da pesquisa pelos servidores dos cartórios eleitorais durante o atendimento. Em 09/07/2019, foi publicada a Ordem de Serviço nº 51/2019 que constituiu um grupo de trabalho (GT) para definir o escopo, público-alvo e canais de pesquisa relativa ao indicador estratégico **i.3 Evolução da Percepção do Processo Eleitoral**. O GT concluiu as atividades no dia 01/10/2019 e em seguida, enviou o relatório à avaliação da Administração superior (PAe nº 1.300/2017). No referido documento, o GT informou que para a disponibilização do indicador será necessário o envolvimento/adoção de providências das seguintes unidades: SJ, SGP, STI, ASPLAN, CRE, ASCOM e externamente, a OAB/MT. Atualmente o processo encontra-se na STI para encaminhamento de ofício à OAB. O TSE realizou pesquisa semelhante em âmbito nacional, mas ainda não divulgou o resultado. O questionário voltado ao eleitor foi aplicado no dia da eleição por meio de um formulário pela STI. Um cartaz com um QR-code foi fixado nos locais de votação, nesta arte publicitária constava a frase "Eleitor, a Justiça Eleitoral quer ouvir você sobre os nossos serviços, participe". No entanto, a referida pesquisa não teve adesão significativa, isso se deu porque para seu sucesso era fundamental a participação ativa das zonas eleitorais e isso não foi possível pois as mesmas precisavam atender outras demandas prioritárias. Para 2021, a aplicação dessa pesquisa só será possível com o retorno do atendimento presencial.



Objetivo: Atender com excelência o cidadão
Responsável: CONADE (Diretoria-Geral)

ANÁLISE DE DESEMPENHO DO OBJETIVO

(Ações realizadas, resultados obtidos e conclusões acerca do desempenho do objetivo)

O resultado do 1º e 2º trimestres de 2021 em relação ao indicador "i.2 grau de satisfação do cidadão-eleitor" permaneceu acima da meta estabelecida, mesmo com a potencialização dos atendimentos virtuais e por telefone em razão da pandemia de COVID-19. No que diz respeito à pesquisa sobre o indicador "i.3 evolução da percepção do processo eleitoral", o grupo de trabalho constituído pela OS nº 51/2019 (PAe nº 1.300/2017) apresentou relatório com proposta de questionário para aplicação dessa pesquisa. O questionário voltado ao eleitor foi aplicado no dia da eleição 2020, entretanto não houve adesão significativa. Para 2021, a aplicação dessa pesquisa só será possível com o retorno do atendimento presencial. O TSE realizou pesquisa semelhante em âmbito nacional, mas ainda não divulgou o resultado.

ANÁLISE DE TENDÊNCIA

Tendência		Justificativa
Melhora	()	A tendência é de estabilidade do indicador, diante da queda no número de atendimentos, impactados pela pandemia.
Estabilidade	(X)	
Piora	()	

RISCOS

Principais riscos	Impacto dos riscos
Redução nos indicadores de satisfação	Piora da imagem da Justiça Eleitoral perante o cidadão-eleitor mato-grossense

RECOMENDAÇÕES PARA A TOMADA DE DECISÕES

Recomendação	Prós	Contras	Investimento	Custo recorrente	Expectativa de implantação (prazo)
Sem recomendações					



Objetivo: Promover justiça
Responsável: CONADE (Diretoria-Geral)

INDICADOR	HISTÓRICO REALIZADO						RESULTADO 2021											
							1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status
Julgamento de processos prioritários 1º Grau	68%	88,87%	69,23%	94,74%	51%	60,60%	14%	30%		32,6%	40%			50%				60%

COMENTÁRIOS

O julgamento dos processo prioritários corresponde à META A1 do Pauta Limpa 2022 cujo objetivo é julgar 95% dos processo prioritários autuados até 30/06/2021. Nota-se o baixo desempenho da meta até o momento atribuído à complexidade do julgamento e instrução desses processos (AIME, AIJE etc) e dificuldades (principalmente de audiências) enfrentadas na pandemia. Priorizou-se ainda, nesse 1º semestre, o julgamento das PCE em detrimento de outros processos.

INDICADOR	HISTÓRICO REALIZADO						RESULTADO 2021											
							1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status
Julgamento de processos prioritários 2º Grau	41%	95%	38,55%	100,82%	70,45%	100%	52%	30%		53%	40%			50%				60%

COMENTÁRIOS

Este indicador é calculado conforme a META A2 do projeto Pauta Limpa 2022. A meta definida na ficha do indicador para o ano de 2021 é de 60%, considerando o período bianual do Pauta Limpa 2022, com meta de julgar, até 31/07/2022, 95% dos processos prioritários. Faz-se necessário destacar que no 2º trimestre foi recebido o dobro de processos prioritários em relação à quantidade de julgamentos, o que implica alto risco de não cumprimento da meta, caso a tendência se mantenha nos próximos meses. A grande maioria dos novos processos prioritários são recursos em AIJE, AIME e Representações Especiais das Eleições Municipais de 2020, processos que envolvem maior complexidade de julgamento. Nesse contexto, considerando a tendência de recebimento de considerável quantidade de novos processos prioritários até o final deste ano, verifica-se uma tendência de dificuldade de cumprimento dessa meta, sendo necessário maior empenho e efetiva priorização dos julgamentos de processos prioritários, totalmente imbricados com o objetivo "Promover Justiça", e de grande visibilidade, interesse e benefícios a toda a sociedade.

INDICADOR	HISTÓRICO REALIZADO						RESULTADO 2021											
							1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status	Real	Meta	Status
Julgamento de processos prioritários	41%	91,38%	55,16%	97,48%	59,30%	80%	NA	30%		NA	40%			50%				60%

Observação: Meta PE 2016-2021 – Julgar, na primeira e na segunda instâncias, todos os processos prioritários, garantindo que as ações eleitorais relativas a pleitos anteriores sejam julgadas antes de deflagrado o processo eleitoral seguinte.

A meta para **2021** é o julgamento de 60% do acervo de processos prioritários, tendo por base a métrica do Projeto Pauta Limpa 2022.



COMENTÁRIOS

No 1º grau, observa-se que, apesar do desempenho (META A1) ter melhorado do 1º para o 2º trimestre, ainda pode ser considerado baixo, sendo reflexo dos seguintes fatores: 1) complexidade para a instrução e julgamento dos processos (AIME, AIJE, etc.); 2) dificuldades (principalmente para realização de audiências) decorrentes do enfrentamento da pandemia; 3) priorização do julgamento das PCE no 1º semestre, em detrimento de outros processos. No 2º grau este indicador é calculado conforme a META A2 do projeto Pauta Limpa 2022. Para o ano de 2021 a meta é de 60%. No 2º trimestre foi recebido o dobro de processos prioritários em relação a quantidade de julgamentos. A grande maioria dos novos processos prioritários são recursos em AIJE, AIME e Representações Especiais das Eleições Municipais de 2020, processos que envolvem maior complexidade de julgamento. Nesse contexto, caso o aumento desses processos se mantenha nos próximos meses, haverá uma tendência de dificuldade de cumprimento dessa meta, sendo necessário maior empenho e efetiva priorização dos julgamentos.

*O percentual de julgamento de processos prioritários no 2º grau, meta A2 do projeto Pauta Limpa 2022, ultrapassou a meta trimestral escalonada de 40% estipulada pelo planejamento estratégico, com **53%** de julgamento do acervo. O 1º grau alcançou **32,60%**. Pela média simples, tem-se **42,80%** de execução consolidado do Tribunal, no entanto, este percentual precisa ser validado pelas áreas técnicas da CRE-MT e da SJ. Para o projeto Pauta Limpa 2022 devem ser julgados 95% dos processos prioritários até 31/07/2022, marco de aferição da meta do projeto de referência adotado por este indicador.

ANÁLISE DE TENDÊNCIA

Tendência		Justificativa
Melhora	()	No 1º grau a tendência é de estabilidade, tendo em vista a complexidade de julgamento desses processos e o fato de que em 2021 ainda estamos sofrendo o impacto da pandemia, dificultando a realização de audiências. A tendência é de dificuldade para cumprimento da meta também em relação ao 2º grau caso o aumento de processos prioritários continue, exigindo a priorização dos julgamentos.
Estabilidade	(X)	
Piora	()	

RISCOS

Principais riscos	Impacto dos riscos
Não cumprimento desta meta e da meta específica da Justiça Eleitoral perante o CNJ.	Desgaste institucional perante a sociedade, especialmente se o Tribunal ficar muito distante do cumprimento da meta.

RECOMENDAÇÕES PARA A TOMADA DE DECISÕES

Recomendação	Prós	Contras	Investimento	Custo recorrente	Expectativa de implantação (prazo)
Sem novas recomendações					

Observação: Meta Nacional CNJ nº 4/2021 –Identificar e julgar até 31/12/2021 90% dos processos referentes às eleições de 2018 e 50% dos processos referentes às eleições de 2020, distribuídos até 31/12/2020, que possam importar na perda de mandato eletivo ou inelegibilidade.



Tribunal Regional Eleitoral-MT

Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica